

PARTE II

A FECUNDIDADE DAS FAMÍLIAS

Capítulo 1

O retrato da fecundidade das famílias portuguesas

Como clarificámos no nosso modelo de análise, são quatro as dimensões a partir das quais abordaremos a(s) fecundidade(s) das famílias da amostra. A dimensão das **representações procriativas** procura confiscar o actual modelo de descendência, aquele que, imediata e genericamente, remete para a ideia de família (*ideal abstracto*). Como vimos, na paisagem europeia as representações actuais convergem para a “norma dos dois filhos”. Se em Portugal o panorama parece ser idêntico, aqui, às mudanças tardias nos comportamentos procriativos, alia-se outra questão, como a sobrevivência, em determinadas franjas da população portuguesa, de uma imagem mais tradicional do valor social da criança e do seu papel na vida familiar. Será que a representação mais “normativa” coexiste com outros modelos, porventura mais numerosos? Por seu turno, a dimensão das **aspirações** corresponde aos objectivos (pessoais ou negociados em casal) que são delineados no campo da fecundidade. Por outras palavras, é a “meta” que se procura atingir numa dada altura: antes de mais, ter filhos ou não (*projecto inicial*); mas também o seu número – ter um, dois ou três (*ideal situado*). Num momento em que a pressão social para ter filhos se cruza com um quadro contraceptivo que coloca os casais perante a possibilidade de conduzir com segurança a sua fecundidade, há quem equacione, efectivamente, viver à margem de um projecto parental? Por outro lado, quando a descendência de dois filhos se impõe de forma tão consensual, que espaço resta para outras aspirações? Há quem procure, à imagem do passado, constituir uma família numerosa de quatro, cinco ou mais filhos? Já a dimensão das **práticas** combina comportamentos procriativos e resultados alcançados a nível da fecundidade. Referimo-nos ao número de filhos (*descendência actual*), à promoção ou não do planeamento de cada gravidez (*planeamento dos nascimentos*) e à cadência da formação das descendências no ciclo de vida pessoal e familiar (*calendário da fecundidade*). Por fim, a dimensão das **tensões** pretende averiguar os desfasamentos que se interpõem entre o que se aspira e o que se realiza (*tensão entre ideais e descendências*). Numa época em que, como nunca antes, é possível domesticar a fecundidade, há quem tenha filhos “a mais”? Quando as “metas” são, afinal, tendencialmente contidas, há quem não consiga, mesmo assim, concretizar os seus projectos procriativos?

1.1. Os projectos, os ideais e as descendências

De forma mais ou menos precoce, antes ou depois do início da conjugalidade, vários cenários de fecundidade podem colocar-se aos indivíduos: um, que contempla necessariamente a vinda de crianças, embora a dimensão da descendência esteja ainda em aberto; outro, construído sobre um número bem definido de crianças (filho único, dois filhos, três filhos); outro, que exclui a presença de crianças; e outro ainda, em que a disponibilidade para acolher uma ou mais crianças está ainda por decidir. Trata-se, portanto, do *projecto inicial*, o cenário mais ou menos definido de fecundidade que, numa fase anterior à entrada na parentalidade, se pensava vir a realizar.

Ora, o primeiro resultado que se destaca é a forte adesão à ideia de ter filhos (quadro 2.1): 95% das inquiridas tinham um projecto procriativo. Foram poucas as que questionaram ou rejeitaram essa ideia. Importa não esquecer que, devido aos critérios da amostra, estamos perante uma amostra de famílias com filhos e que a abertura da carreira reprodutiva já ocorreu há pelo menos 6 anos. O olhar retrospectivo das inquiridas pode estar, de algum modo, contaminado pela realidade actual e as suas declarações neste domínio resultarem de uma reconstrução dos projectos iniciais. Não obstante, os dados não deixam de ser expressivos.

Quadro 2.1 – Projecto inicial (N e %)

Projecto inicial	N	%
“Queria ter filhos e sabia quantos”	1009	56,8
“Queria ter filhos, mas não sabia quantos”	685	38,6
“Não sabia se queria ter filhos”	53	3,0
“Não queria ter filhos”	25	1,4
NS/NR	4	0,2
Total	1776	100

Importa ainda frisar que a vontade de ter filhos nem sempre revela contornos nítidos. Numa etapa do ciclo de vida em que ainda não havia crianças, se a maioria das mulheres tinha uma ideia definida acerca da dimensão da descendência que queria para si (57%), grande parte também tinha um projecto parental vago (39%). Por outras palavras, se para umas os projectos iniciais são desenhados muito cedo nos percursos

personais (eventualmente mesmo antes do início da vida em casal)⁹⁰, para as restantes, os projectos de parentalidade não têm precocemente contornos tão nítidos: as decisões vão sendo remetidas para etapas posteriores do ciclo de vida familiar.

As inquiridas que tinham um projecto inicial que contemplava um número preestabelecido de filhos (quase 6 em 10), também foram questionadas acerca desse número, i.e., do seu *ideal inicial* (quadro 2.2). O ideal inicial é, então, o número de filhos que pensavam ter, antes da abertura da carreira reprodutiva. Assim, a maioria das inquiridas (67%) desejava para si a “norma”, ou seja, uma família com dois filhos. O número de mulheres que planeava ter um e três filhos era semelhante. E ter 4 e mais filhos era o ideal inicial de uma minoria. Como nota, apenas uma inquirida disse que queria ter 7 filhos e três disseram que queriam ter 10 filhos. A média situa-se, portanto, nos 2,16 filhos.

Quadro 2.2 – Ideal inicial (N e %)

Ideal inicial	N	%
1 filho	141	14,0
2 filhos	680	67,4
3 filhos	124	12,3
4 e mais filhos	64	6,3
Total	1009	100

média = 2,16 filhos

Ao remeter as inquiridas para o *ideal abstracto* procurou-se indagar acerca do modelo cultural de descendência, ou seja, o número ideal de filhos numa família (quadro 2.3). Segundo Bassand e Kellerhals, o ideal abstracto não só traduz o valor social atribuído à criança, como também é o indicador menos impregnado pelos contextos sociais particulares em que as famílias se inserem: “Dans le concret, le nombre d’enfants souhaités est le plus souvent le résultat d’une sorte de marchandage intérieur entre le *côut* du ou des enfants et leur *utilité*, entendue dans son sens large, c’est-à-dire l’ensemble des joies et réalisations personnelles attendues dans la procréation (1975, p.102). Só 3% das inquiridas (48 casos) não soube ou não quis responder a esta questão, pelo que fica claro que a maioria das mulheres tem uma concepção de descendência-modelo.

⁹⁰ Como constataram os autores do estudo sobre a saúde reprodutiva das portuguesas. Entrevistas a jovens mulheres demonstraram a precocidade da construção do projecto maternal e a forma como está dissociado

Quadro 2.3 – Ideal abstracto (N e %)

Ideal abstracto	N	%
0 filhos	3	0,2
1 filho	29	1,6
2 filhos	1114	62,7
3 filhos	485	27,3
4 e mais filhos	91	5,1
Outras respostas ⁹¹	6	0,3
NS/NR	48	2,7
Total	1776	100

média = 2,33 filhos

Por contraste com o ideal inicial (que traduz a dimensão da descendência que as inquiridas pensavam atingir) é interessante perceber que o ideal abstracto é mais ambicioso (2,33 filhos em média) situando-se em torno dos dois filhos (63%), mas também dos três filhos (mais de um quarto). O ideal abstracto de quatro e mais filhos é, por seu lado, pouco frequente (5%), assim como é muito baixa a percentagem de mulheres que concebe como ideal a família de filho único (2% contra 14% das que tinham esse ideal inicial) e insignificante o número das que idealizam uma vida familiar sem filhos (3 contra as 25 que expressaram, no projecto inicial, que não queriam ter filhos).

Destes resultados é possível concluir que o ideal inicial contém, de facto, um conjunto de considerações acerca do número de filhos que é possível ter, acerca das contingências exteriores e interiores que participam na vida familiar e que orientam ou condicionam a fecundidade, considerações essas que se diluem visivelmente no ideal abstracto, i.e., quando se remete para a descendência-modelo.

Se olharmos para o *projecto actual* das inquiridas (quadro 2.4) – a intenção no momento presente de encerrar a carreira reprodutiva ou de aumentar a descendência, quando já têm pelo menos um filho entre os 6 e os 16 anos – verificamos que a grande maioria (91%) não quer ter mais filhos. Mas há ainda quem tenha dúvidas a esse respeito (1%) e quem manifeste vontade de ter mais 1 ou, excepcionalmente, 2 filhos (8%).

do projecto conjugal (Almeida, 2004).

⁹¹ Por exemplo: “muitos”; “mais do que 1”, etc.

Quadro 2.4 – Projecto actual (N e %)

Projecto actual	N	%
“Não quer ter mais filhos”	1614	90,9
“Não sabe se quer ter mais filhos”	24	1,4
“Quer ter mais filhos”	138	7,8
Total	1776	100

Analisando a descendência actual das inquiridas (quadro 2.5) – o número de filhos até à data da inquirição⁹² –, e tendo presente que a grande maioria não pretende aumentar a sua descendência (9 em 10), verificamos que uma percentagem elevada de famílias tem apenas um filho. Grande parte das inquiridas fica, assim, pelo primeiro ou pelo segundo filho, apesar do terceiro filho ser mais frequente aqui do que no projecto inicial (embora menos frequente do que no ideal abstracto). Já as famílias muito numerosas, à imagem do que acontecia no passado, representam, então, 7% da amostra. A maioria (83 casos) é, efectivamente, de quatro filhos, mas há 3 famílias com sete filhos, uma com nove e uma com treze. A média é, assim, de 2,09 filhos⁹³.

Quadro 2.5 – Descendência actual (N e %)

Descendência actual	N	%
1 filho	415	23,4
2 filhos	962	54,2
3 filhos	281	15,8
4 e mais filhos	118	6,6
Total	1776	100

média = 2,09 filhos

Mas, como nem todas as inquiridas tencionam encerrar a carreira reprodutiva, é provável que a descendência actual sofra alterações⁹⁴. De facto, esta descendência não é

⁹² Filhos da conjugalidade actual, de relações anteriores e adoptivos.

⁹³ Chama-se a atenção para o facto de o Inquérito FPC ser dirigido a uma amostra de mães entre os 25 e os 49 anos. A descendência actual média destas mulheres é, por isso mesmo, mais elevada do que o índice sintético da fecundidade portuguesa, que tem na base do cálculo todas as mulheres em idade fértil (15-49 anos) incluindo as que não têm filhos.

⁹⁴ Uma carreira reprodutiva dada como encerrada pode ainda reabrir (por exemplo, no caso de uma gravidez “acidental”), assim como uma carreira aberta pode não traduzir-se em mais nascimentos. Estamos, com efeito, no universo das *aspirações*, que são indicativas de objectivos mas não de práticas efectivas. Os desajustamentos entre as aspirações e as práticas são, exactamente, o objecto do estudo longitudinal de Westoff e Ryder (em Miller, 1987). Três mil mulheres com filhos foram inquiridas acerca das suas intenções de fecundidade em 1970 e das suas descendências em 1975: das mulheres que pretendiam ter pelo menos mais 1 filho em 1970, 24% tinham mudado de opinião 5 anos depois, enquanto que daquelas que não pretendiam ter mais filhos, apenas 4% passaram a querer; por outro lado, das

ainda a final, aquela que se atinge no fim do ciclo reprodutivo. Se tivermos em conta as intenções actuais das inquiridas – ter mais filhos ou não, ter mais um ou dois – é possível fazer um exercício para antever a sua fecundidade final. A tendência é, então, para diminuir as famílias de filho único (em cerca de 5%) e aumentar as de dois (3%) e mais filhos (2%), pelo que a descendência média sobe para 2,16 filhos⁹⁵.

1.2. As tensões entre os ideais e as descendências

Quantas mulheres reproduziram no ideal inicial o seu ideal abstracto? Quantas não conseguiram realizar estes ideais? E quantas já os superaram no momento actual? É, assim, possível observar a *tensão* entre os desejos no nível da fecundidade e as descendências concretas, ou seja, os sucessivos ajustamentos (ou desajustamentos) entre o que se aspira neste domínio e os resultados dos comportamentos procriativos. Esta *tensão* – que se inspira no “índice de tensão” proposto por Bassand e Kellerhals (1975) – pode ser “por defeito” ou “por excesso”, quando as inquiridas ficam aquém ou vão além da descendência idealizada. A preocupação central daqueles autores consistia em dar conta das situações em que a descendência ficava aquém da idealizada, pelo que apenas isolaram os casos em que as mulheres tinham um ideal de 3 filhos e uma descendência inferior. Aqui o indicador é mais abrangente, pois procura dar conta de todos os desfasamentos.

Para a maior parte das inquiridas (cerca de 6 em 10), a descendência que pensavam ter antes do nascimento do primeiro filho era igual ao seu ideal abstracto (quadro 2.6)⁹⁶. Por outras palavras, a família que ambicionavam para si era o “espelho” do que consideram ser a família-modelo. Há pois, no momento da formulação dos primeiros projectos parentais, uma procura de conformidade com o padrão cultural. Todavia, cerca de 3 em 10 inquiridas tinham já interiorizado a indisponibilidade para ter a família-modelo, pelo que o seu objectivo inicial ficava aquém do ideal abstracto. E

mulheres que pretendiam ter pelo menos mais 1 filho em 1970, 34% ainda não tinham em 1975 (70% dos casos por razões financeiras), enquanto que daquelas que não pretendiam ter mais filhos, apenas 12% tiveram (em 26% dos casos houve a um reajustamento do projecto, quanto aos restantes casos resultaram de “acidentes”). Os autores concluíram que ao longo do ciclo de vida familiar as intenções num sentido ou noutro podem mudar, embora a dimensão efectiva da descendência se reajuste mais frequentemente por baixo do que por cima.

⁹⁵ Este indicador, que é mais próximo da descendência final, foi designado de *descendência potencial* e sistematicamente analisado em Cunha (2000).

⁹⁶ Não foram incluídos na análise da tensão entre o ideal abstracto e os outros indicadores, os 6 casos de “outras respostas” e os 48 casos de NS/NR.

cerca de uma em 10 tinha objectivos iniciais mais ambiciosos, pois o seu projecto de descendência superava o ideal abstracto.

Quadro 2.6 – Tensões entre os ideais e as descendências (N e %)

Tipos de tensão	Tensão entre...					
	ideal abstracto e ideal inicial		ideal inicial e descendência actual		ideal abstracto e descendência actual	
ausência de tensão	585	59,2	581	57,6	712	41,3
tensão por defeito	294	29,7	259	25,7	714	41,5
tensão por excesso	110	11,1	169	16,7	296	17,2
total	989	100	1009	100	1722	100

Quando se compara o que as inquiridas desejavam no início e a descendência actual percebemos que grande parte ainda procura manter os objectivos originais (58%). Para as restantes há um desfasamento entre o desejo e a perspectiva da sua realização: 26% está sujeita a uma tensão “por defeito”, i.e., pondera ficar aquém do número de filhos que pensou ter inicialmente; e 17% está sujeita a uma tensão “por excesso”, na medida em que já ultrapassou essa descendência.

Mas, quando confrontamos a descendência actual com o ideal abstracto, observamos a diminuição da conformidade (passa a ser de 41%) e o aumento da tensão “por defeito”: há um número significativo de inquiridas que não consegue ou pensa não conseguir reproduzir o modelo ideal de família (para 42%, o ideal abstracto é superior à descendência actual). A tensão “por excesso” é aqui de 17%.

Em suma, se grande parte das inquiridas procura levar em diante os seus ideais e projectos de fecundidade, para as restantes há uma real desadequação entre os desejos e as práticas. A tensão “por defeito” ocorre mais frequentemente, já que as inquiridas tendem a ficar aquém dos seus objectivos em matéria de filhos. No entanto, há também quem supere esses objectivos, o que leva a conjecturar se não haverá um conjunto de mulheres que tem dificuldade em controlar a sua fecundidade. Esta hipótese envia directamente para a questão do planeamento dos nascimentos.

1.3. O planeamento dos nascimentos

Não tendo sido colocada nenhuma questão acerca da contracepção realizada pelo casal, perguntou-se apenas se cada filho foi ou não planeado, por outras palavras, se a

inquirida procurou engravidar ou engravidou acidentalmente (“aconteceu”)⁹⁷. O que registamos imediatamente é o desigual planeamento dos nascimentos em função da sua *ordem*, ou seja, nem todos os filhos são planeados de igual modo (quadro 2.7). Os nascimentos mais planeados são, então, o primeiro (cerca de 7 inquiridas em 10 planearam essa gravidez) e logo depois o segundo (6 em 10). Tal como observaram Bassand e Kellerhals (1975), a maioria das inquiridas planeou, assim, os dois primeiros nascimentos⁹⁸. Mas, logo a partir do terceiro filho, o cenário inverte-se, ou seja, são mais os casos em que as inquiridas engravidaram acidentalmente do que aqueles em que procuraram de facto engravidar. E a partir do sétimo filho já não há gravidezes planeadas. No entanto, não se pode mistificar a questão, na medida em que são poucas as mulheres que tiveram mais de três filhos (7% da amostra) e menos ainda as que tiveram sete ou mais (menos de 1%). De facto, se olharmos para o planeamento do *último* nascimento de todas as inquiridas com mais de um filho (77% da amostra), verificamos que tende a ser ligeiramente mais planeado do que “acidental”.

Quadro 2.7 – Planeamento de cada nascimento, segundo a ordem dos nascimentos (%)

Ordem dos nascimentos	Planeamento			Total
	Planeado	Não planeado	NS	
Primeiro nascimento	68,8	31,1	0,1	100
Segundo nascimento	61,1	38,7	0,2	100
Terceiro nascimento	30,5	68,1	1,4	100
Quarto nascimento	17,3	78,9	3,8	100
Quinto nascimento	18,6	76,7	4,7	100
Sexto nascimento	10,5	73,7	15,8	100
Sétimo nascimento	-	77,8	22,2	100
Último nascimento*	52,4	46,9	0,7	100

* Quando teve mais do que um nascimento

⁹⁷ O estudo de Anderson (1981) acerca da evolução entre 1961 e 1976 do planeamento da gravidez por parte dos casais previa 3 modalidades de resposta: “planeada” (*planned*), “não desejada” (*unwanted*) e “fora de tempo” (*mistimed*). No Inquérito FPC optou-se por ter apenas duas modalidades de resposta – “planeada” e “não planeada” – na medida em que esta questão procura aferir apenas a dimensão da prática (o desejo é medido através da dimensão das aspirações). Assim, uma gravidez não planeada não significa necessariamente que é indesejada. Pode constituir mesmo uma estratégia de deixar os filhos “aparecerem”, intervindo só para encerrar a carreira reprodutiva quando se atinge o número desejado.

⁹⁸ Naquele estudo suíço, os autores verificaram que as concepções mais planeadas eram a primeira e a segunda. Mas enquanto que a segunda concepção ocorria frequentemente na sequência da paragem voluntária da contraceção, a primeira ocorria pela ausência de contraceção, o que significa que grande parte dos casais só começava a fazer contraceção após o nascimento do primeiro filho.

Olhando globalmente para todos os nascimentos de cada inquirida (quadro 2.8) chegamos a dois tipos de planeamento com pesos não muito diferentes: o primeiro, em que os nascimentos foram *planeados* (48%); e o segundo tipo, em que *pelo menos um não foi planeado* (52%).

Quadro 2.8 – Tipo de planeamento dos nascimentos, segundo o número de filhos dados à luz (%)

Número de filhos dados à luz	Tipo de planeamento		Total
	Planeados	Pelo menos 1 não planeado	
1 filho	75,1	24,9	100
2 filhos	50,4	49,6	100
3 filhos	19,8	80,2	100
4 e mais filhos	6,3	93,7	100
Todas	47,8	52,2	100

CC = ,383; Sig.=,000

Ora, estes dados não deixam de revelar que a dimensão “acidental” é bastante significativa na paisagem da fecundidade portuguesa, já que um pouco mais de metade das inquiridas teve pelo menos um nascimento resultante de uma gravidez não planeada. No entanto, este “acidente” está fortemente associado às descendências numerosas (como o quadro 2.7 também permitiu apurar): quanto maior é a dimensão da descendência, maior é a probabilidade de ter havido pelo menos um nascimento não planeado. No caso das descendências de três e mais filhos, poucas foram as inquiridas que planearam todos os nascimentos. E mesmo no caso das descendências de dois filhos, apenas metade o fez.

1.4. O calendário da fecundidade

O calendário da fecundidade contempla uma série de indicadores que, no seu conjunto, permitem apreender as temporalidades inerentes à constituição das descendências, tanto no ciclo de vida pessoal como familiar. São eles *a idade da mulher no nascimento dos filhos* (primeiro e último), *o intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento* e *os intervalos entre os nascimentos* (primeiro e segundo; primeiro e último).

Ora, de acordo com dados do Eurostat (2001a), a idade média das portuguesas no nascimento dos filhos era de 28,6 anos em 1999 – ano de aplicação do Inquérito FPC

– uma das mais baixas da UE 15. De facto, a fecundidade feminina portuguesa nos anos 90 caracterizava-se por um padrão, comum à Grécia e ao Reino Unido, assente na precocidade da maternidade e nos altos níveis de fecundidade entre os 20 e os 24 anos (Almeida et al., 1995, p.22)⁹⁹.

No nosso inquérito, a idade média das inquiridas no nascimento dos filhos – no caso das que já não querem ter mais (91% da amostra) – é de 26,8 anos, resultado que traduz a precocidade tanto da entrada na parentalidade como no encerramento (potencial) da carreira reprodutiva: 23,9 anos no primeiro nascimento; 29,3 anos no último. Assim, a maioria dos primeiros nascimentos ocorreu entre os 20 e os 29 anos, com o pico efectivamente na faixa dos 20-24 anos (cerca de metade da amostra). No entanto, 12% das inquiridas teve o primeiro filho mais precocemente, até aos 19 anos, e 9% teve a partir dos 30 anos (quadro 2.9).

Quadro 2.9 – Idade no nascimento dos filhos (N e %)

Idade	Nascimento							
	Primeiro		Último		Último (descend. de 2 filhos)		Último (descend. de 2 e + filhos)	
até 19 anos	204	11,5	26	1,5	6	0,6	6	0,4
20-24 anos	876	49,3	266	15,0	105	10,9	120	8,8
25-29 anos	530	29,8	627	35,3	382	39,7	468	34,4
30-34 anos	143	8,1	584	32,9	353	36,7	513	37,8
35 e mais anos	23	1,3	273	15,4	116	12,0	254	18,7
Total	1776	100	1776	100	962	100	1361	100
Média =	23,9 anos		29,3 anos		29,4 anos		30,3 anos	

Por outro lado, foi basicamente entre os 25 e os 34 anos que nasceu o último filho (cerca de 7 em 10), embora para 15% das inquiridas tenha ocorrido mais tarde e para 17% muito cedo, até aos 24 anos. Mas nesta distribuição pesam as situações de filho único, que concorrem para antecipar o encerramento da carreira reprodutiva. Se apenas tivermos em linha de conta as descendências de 2 filhos, continua a ser na faixa

⁹⁹ Esta situação não pode ser dissociada da entrada também precoce na vida conjugal. Segundo Mário Bandeira (1996), o caso português resulta de um processo lento e irregular (com avanços e recuos) de rejuvenescimento da idade média dos cônjuges na primonupcialidade, que progrediu de forma linear a partir da década de 1940 e que se intensificou a partir dos anos 60, devido a vários factores que permitiram o abrandamento das restrições ao casamento e, conseqüentemente, a abertura do mercado matrimonial. Apesar da inversão desta tendência em meados dos anos 80, o desfasamento em cerca de uma década em relação à Europa dos 15 leva a que a idade média na primeira nupcialidade seja ainda baixa em Portugal. Os dados do Inquérito FPC espelham isso mesmo, já que a idade média no início da primeira conjugalidade é de 21,8 anos (22,1 anos no casamento).

dos 25-34 anos que ocorre o último nascimento e a idade média quase não varia, mas descem com significado os nascimentos até aos 24 anos. E quando retemos todas as descendências excepto as de filho único, a tendência para adiar esse nascimento é ainda mais expressiva: a moda passa a ser 30-34 anos e a média sobe para 30,3 anos.

O intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento dá conta da centralidade da procriação na construção do projecto familiar. Como vimos no quadro 2.7, o primeiro nascimento é amplamente planeado, pelo que aquele indicador permite perceber se os casais procuram ou não viver algum tempo sem filhos.

O “Inquérito à Fecundidade e Família” de 1997 (INE, 2001) registou a tendência para os jovens passarem rapidamente da família de origem para a de procriação, constituída pelo casal e pelo menos um filho. A mesma tendência se verifica aqui (quadro 2.10): antes de completar 2 anos de vida conjugal, grande parte dos casais já tinha um filho (38%). E antes de completar 3, eram cerca de 6 em 10 casais. Todavia, houve também um conjunto significativo de casais que viveu mais tempo sem filhos, já que, para um terço, o primeiro nascimento só ocorreu 3 ou mais anos depois do início da conjugalidade. Houve ainda alguns casos em que o primeiro filho da actual conjugalidade nasceu antes mesmo da instalação do casal (3%), embora consideremos que este valor esteja sobrestimado¹⁰⁰.

Quadro 2.10 – Intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento (N e %)

Intervalo	N	%
0-1 ano	661	37,6
2 anos	459	26,1
3 anos	261	14,9
4 e mais anos	331	18,8
Anterior à conjugalidade	45	2,6
Total	1757	100

Média = 2,4 anos

¹⁰⁰ Há, de facto, casos em que é possível identificar claramente a “inversão” dos acontecimentos – por exemplo, inquiridas que têm os filhos ainda na casa dos pais e só depois é que começam a residir com os cônjuges. Mas noutros casos parece tratar-se de uma má interpretação por parte das inquiridas da questão “A senhora e o seu marido começaram a viver juntos sem casar?”. Pensamos que algumas inquiridas que iniciaram a sua vida conjugal numa união de facto e que posteriormente formalizaram esse laço não se reviram nessa questão e responderam que não. Consequentemente, o primeiro filho terá nascido no âmbito da conjugalidade, embora antes do casamento, e não fora dela. Esta situação pode ser confirmada através da composição dos grupos domésticos das inquiridas: no início da conjugalidade o casal está sozinho e no nascimento do primeiro filho já está o casal e o bebé.

O intervalo médio entre o início da conjugalidade e o nascimento do primeiro filho é, então, de 2,4 anos¹⁰¹. Este resultado vem de encontro ao que diversos autores concluíram acerca do papel da criança para a “construção” da vida familiar: ela é acolhida cedo, pois é a sua vinda que transforma o casal numa família (Roussel, 1975; Barthélémy et al., 1986).

É longa ou curta a distância que separa os nascimentos? As mulheres consagram muito tempo à procriação ou, pelo contrário, procuram concentrar os nascimentos? Excluindo, por razões óbvias as situações de filho único (23% da amostra), o intervalo mais frequente entre os nascimentos dos filhos mais velho e mais novo é de 5-9 anos (quase metade da amostra), seguido do de 0-4 anos (quadro 2.11). Mas há também cerca de um quarto de inquiridas cujos filhos estão separados por um intervalo superior a 9 anos. O intervalo médio é, então, de 7,1 anos, ou 7,2, no caso das inquiridas que dão por encerrada a carreira reprodutiva.

Quadro 2.11 – Intervalo entre o primeiro e o último nascimento (N e %)

Intervalo	N	%
0-4 anos	377	27,7
5-9 anos	656	48,2
10-14 anos	257	18,9
15 e mais anos	71	5,2
Total	1361	100

Média = 7,1 anos

O intervalo etário mais frequente entre o primeiro e o segundo filho (quadro 2.12) é, também, de 5-9 anos, seguido de 2-4 anos. A maioria das inquiridas (cerca de 8 em 10) teve, assim, o segundo filho de 2 a 9 anos depois do primeiro. São poucas as que espaçaram os nascimentos para além dos 9 anos (9%), bem como as que os tiveram muito próximos (9%), sendo que os 14 casos de intervalo inferior a 1 ano são, em grande parte, de nascimentos de gémeos. Em média, estes nascimentos estão separados por 5 anos de intervalo. No que diz respeito às inquiridas que tiveram 3 ou mais filhos (23%), os intervalos etários entre o segundo e o terceiro filho têm uma distribuição semelhante: o terceiro nascimento ocorre predominantemente de 2 a 9 anos depois do segundo e o intervalo médio é de 5,2 anos. No entanto, tornam-se ligeiramente mais

¹⁰¹ Não são contabilizadas as situações de “intervalo negativo” (nascimentos anteriores ao início da conjugalidade), exactamente por termos reservas em relação ao seu conteúdo.

frequentes quer o intervalo mais curto (até 1 ano), quer o intervalo mais longo (10 e mais anos).

Quadro 2.12 – Intervalos entre nascimentos (primeiro e segundo; segundo e terceiro) (N e %)

Intervalo	Nascimentos			
	Primeiro e segundo		Segundo e terceiro	
0-1 ano	120	8,8	45	11,3
2-4 anos	527	38,7	144	36,1
5-9 anos	589	43,3	161	40,4
10 e mais anos	125	9,2	49	12,3
Total	1361	100	399	100
Média =	5,0 anos		5,2 anos	

Ora, estes resultados são próximos dos analisados por Almeida et al. para a fecundidade portuguesa em 1991: “A predominância dos intervalos longos sobre os curtos é um resultado que demonstra, com uma notável evidência, a intervenção do controlo eficaz da fecundidade naquelas mulheres que já iniciaram a sua carreira procriativa: depois do primeiro, a vinda de um outro bebé é sem dúvida, na esmagadora maioria dos casos, fruto de uma decisão planeada” (1995, p.33). Mas o que podemos observar na nossa amostra, é que se isso é verdade para o segundo filho – 6 em 10 inquiridas planearam este nascimento –, já não é para o terceiro filho e muito menos para os seguintes (quadro 2.7). No entanto, esse dado não parece ter um impacto decisivo nos intervalos entre os nascimentos: se os intervalos muito curtos (até 1 ano) e muito longos (10 e mais anos) são ligeiramente mais frequentes entre o segundo e o terceiro filho – o que parece apontar, com efeito, para um “acidente” na carreira reprodutiva –, a média e o intervalo modal não deixam de ser semelhantes.

1.5. O impacto do contexto social: a escolaridade, a classe social e a trajetória da condição perante o trabalho das inquiridas

Diversos são os estudos que têm feito luz sobre o papel-chave das variáveis sociais nas aspirações, nas representações e nas práticas procriativas das famílias. Ao equacionarem o impacto da classe social, do estatuto profissional, do rendimento, ou da escolaridade, aqueles trabalhos têm contribuído para a clarificação das clivagens e das especificidades que subsistem por detrás dos grandes traços estruturadores da

fecundidade contemporânea. Também em Portugal é muito significativa a relação entre as estratégias de fecundidade e o contexto social. Quando atendemos à descendência média, que é presentemente um dos indicadores mais uniformes no panorama nacional, observamos que são as mulheres ligadas à condição social agrícola que continuam a ter as descendências mais elevadas, por contraposição às que têm profissões dirigentes, científicas ou técnicas¹⁰². A nível do calendário da fecundidade, quanto mais elevada é a instrução e qualificada a actividade profissional, mais tardia e concentrada é a fecundidade feminina (Almeida et al., 1995; INE, 2001). Estes perfis resultam, para Almeida et al., do cruzamento de duas realidades que têm impacto nas decisões no domínio da fecundidade: por um lado, a estabilidade, o investimento e as solicitações desiguais no domínio profissional; por outro lado, as imagens que em determinados contextos sociais se ligam à ideia de família (1995, p.65).

Outro contributo decisivo que estes estudos trouxeram para o entendimento da fecundidade contemporânea, nomeadamente aqueles que compararam as perspectivas e as experiências masculinas e femininas, foi a revelação de que é o perfil escolar das mulheres, e não tanto o dos homens, que influi nas práticas procriativas das famílias (Kellerhals, et al., 1982; INE, 2001). Como concluíram Kellerhals et al., “le niveau de formation de l’homme n’est en relation avec la fécondité du couple qu’en raison de la formation de l’épouse; c’est là le facteur déterminant” (1982, p.216). A diversidade de aspirações no campo da fecundidade, o recurso desigual à contracepção e os diferentes calendários estão, assim, intimamente ligados à condição social feminina e, conseqüentemente, ao espaço que as mulheres atribuem à maternidade no conjunto das vertentes da sua vida pessoal e familiar.

Ora, as abordagens que têm explorado a relação entre os capitais escolares e a fecundidade feminina têm permitido desmistificar a ideia que associa a aspiração a uma descendência restrita – e, ao limite, a recusa do papel maternal – aos percursos escolares mais longos. De facto, esses estudos têm verificado que são, precisamente, as mulheres mais escolarizadas que idealizam, com mais frequência, descendências numerosas, de 3 e mais filhos (Bassand e Kellerhals, 1975; Kellerhals et al., 1982).

Por outro lado, trabalhos de âmbito nacional têm feito luz sobre a relação entre o trabalho feminino e o comportamento procriativo das famílias (Almeida et al., 1995). De facto, se a fecundidade portuguesa é hoje mais homogénea do que no passado, as

¹⁰² Dados não disponíveis do INE, referentes aos Censos 91, integrantes da base de dados do Projecto “Famílias no Portugal Contemporâneo”.

mulheres com e sem actividade económica têm ainda perfis distintos: enquanto que as primeiras tendem para um perfil mais tardio e concentrado, as domésticas abrem mais cedo e encerram mais tarde a carreira reprodutiva passando, por conseguinte, mais tempo do ciclo reprodutivo e da vida familiar ocupadas com a procriação. A nível da dimensão da descendência, onde as diferenças são ainda mais esbatidas que nos calendários da fecundidade, é possível descortinar, mesmo assim, uma certa clivagem. Segundo os Censos de 91, as famílias de casais com filhos em que a mulher é empregada têm em média menos crianças (filhos com menos de 18 anos) do que as famílias em que a mulher é inactiva ou desempregada (1,6 e 1,8 respectivamente). De facto, as primeiras são as que ficam mais vezes pelo filho único e que arriscam menos o terceiro¹⁰³.

Ora, para darmos conta do impacto da actividade feminina na fecundidade das famílias, não recorreremos ao indicador clássico da condição da mulher perante o trabalho num dado momento, mas a um indicador construído – *a trajectória da condição perante o trabalho* – a partir de três cortes temporais: o início da vida conjugal; o nascimento do primeiro filho; e o momento actual. De facto, a mulher pode estar sempre inserida no mercado de trabalho, pode estar sempre fora, ou pode ainda entrar e sair do mercado de trabalho ao longo da sua vida activa. Estamos em crer que a complexidade dos percursos pessoais, que é captada por aquele indicador¹⁰⁴, permite perceber com mais clareza as diferentes construções da vida familiar. A carreira procriativa tem, de facto, uma temporalidade mais ou menos longa e nela podem interferir sucessivos ajustamentos. A fecundidade constrói-se, assim, passo-a-passo, acompanhando, de algum modo, a inserção diferenciada das mulheres no mercado de trabalho.

Como sabemos, a taxa de actividade feminina em Portugal, em particular a tempo inteiro e nas mães jovens, é elevada no contexto europeu (Guerreiro, 1995/ 2001; Almeida et al., 1998). Em 2000, a taxa de actividade feminina entre os 25 e 29 anos era superior a 80% (Guerreiro, 2001). A nossa amostra traduz exactamente essa realidade: 52% das inquiridas tem uma trajectória “sempre com trabalho”, das quais 85% trabalhou sempre a tempo inteiro (6 ou mais horas por dia) e 36% “trabalhou em um ou dois momentos”. Isto significa que quase 9 em 10 inquiridas passaram pelo mercado de

¹⁰³ Dados não disponíveis do INE, referentes aos Censos 91, integrantes da base de dados do Projecto “Famílias no Portugal Contemporâneo”.

¹⁰⁴ Apesar dos intervalos entre os três momentos poderem ser mais ou menos longos, e não se conhecer a condição da mulher perante o trabalho nessas alturas, a trajectória por nós construída não deixa de ser um indicador aproximado do percurso efectivo de trabalho.

trabalho desde o início da vida conjugal. Apenas 12% tem uma trajetória “sempre sem trabalho”, que inclui tanto a situação maioritária “sempre domésticas” (três quartos), como outras situações de inatividade: desempregadas, reformadas, estudantes¹⁰⁵.

Ora, será que as mulheres empregadas, de forma a conciliarem o trabalho e a vida familiar, projectavam à partida cenários de fecundidade mais contidos? E será que esse objectivo inicial resulta num planeamento dos nascimentos mais controlado e numa descendência efectivamente mais restrita? Por outro lado, terão as mulheres com trajetórias “sempre sem trabalho” ideais de fecundidade mais ambiciosos, assim como uma disponibilidade mais imediata para acolher a vinda das crianças, já que são elas que têm menos alternativas de gratificação pessoal e de aquisição de estatuto, que não através da vida familiar? Vamos, então, passar ao impacto destas variáveis na fecundidade das inquiridas.

1.5.1. Os projectos, os ideais e as descendências

Um resultado que permite fazer a primeira aproximação às diferentes realidades no campo da fecundidade prende-se com os *projectos iniciais* (quadro 2.13). Se, na amostra, é residual a percentagem de inquiridas que antes da entrada na maternidade consideraram a hipótese de não ter filhos, no caso das mais escolarizadas essa hipótese nem se colocou, já que nenhuma planeou um cenário familiar sem crianças. O que amplamente predomina é, então, a certeza de querer ter filhos – e, mais especificamente, de querer um número definido de filhos: praticamente 7 mulheres em 10 com o secundário e 6 com o preparatório/básico equacionaram, de antemão, o número de filhos que gostariam de ver atingido. Não obstante, as restantes inquiridas adiaram mais vezes essa decisão: 55% das inquiridas sem escolaridade, 42% com o ensino primário e 45% com o ensino superior “queriam ter filhos, mas não sabiam quantos”. Se somarmos a este resultado a percentagem das que “não sabiam se queriam ter filhos” percebemos, de forma clara, que é mais lento o processo de construção dos projectos parentais para as inquiridas mais e menos escolarizadas.

¹⁰⁵ Este resultado proporciona um retrato diferente da actividade feminina, já que, quando retemos um dado momento, é menos elevada a percentagem de mulheres empregadas. À data da inquirição, que corresponde ao momento onde a actividade feminina atinge os valores mais significativos, era de 73 a percentagem de mulheres empregadas. Ver Wall e Guerreiro (2005).

Quadro 2.13 – Projecto inicial, segundo o contexto social (%)

Contexto social	Projecto inicial				Total
	“Queria ter filhos e sabia quantos”	“Queria ter filhos, mas não sabia quantos”	“Não sabia se queria ter filhos”	“Não queria ter filhos”	
Escolaridade da inquirida	CC =,167, Sig.=,000				
Sem escolaridade	37,7	54,5	6,5	1,3	100
Ensino primário	54,3	41,9	2,3	1,6	100
Ensino preparatório/básico	60,2	35,9	2,5	1,3	100
Ensino secundário	69,3	26,1	2,0	2,5	100
Curso médio/lic. incompleta	55,0	39,0	6,0	-	100
Licenciatura ou grau superior	47,3	45,2	7,5	-	100
Classe social da inquirida	CC =,191, Sig.=,000				
ED e PIC	50,8	41,8	6,9	0,5	100
PTEI	73,0	23,8	-	3,2	100
IPP	54,7	38,7	4,3	2,3	100
EE	63,4	33,2	2,0	1,4	100
ENQ	59,3	37,4	1,6	1,6	100
OI	59,2	37,6	2,3	0,8	100
AA	40,6	56,1	1,8	1,8	100
C	35,2	61,5	3,3	-	100
Trajectória da inquirida	CC =,083, Sig.=,055				
Sempre com trabalho	58,8	38,0	2,4	0,8	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	56,7	38,0	3,3	2,0	100
Sempre sem trabalho	50,2	42,9	4,6	2,3	100
Todas as famílias	56,9	38,7	3,0	1,4	100

O mesmo se constata quando observamos a classe social. São, por um lado, as inquiridas mais qualificadas (dirigentes e intelectuais) e, por outro, as assalariadas agrícolas e as camponesas, que revelavam uma maior indefinição a nível do projecto inicial. Em contrapartida, as profissionais técnicas, e de certo modo também as empregadas executantes, tinham projectos mais definidos. Inclusive, eram elas que concebiam mais vezes uma vida sem filhos. Quem não colocava essa hipótese eram, então, as camponesas.

Quanto à trajectória, verificamos que as inquiridas “sempre sem trabalho” têm não só projectos de descendência menos definidos, como são elas que dizem mais frequentemente que não queriam ou não sabiam se queriam ter filhos. Trata-se de um dado curioso, que contraria a ideia de que as mulheres activas recusam mais vezes à

partida a maternidade, como se de um obstáculo à vida profissional se tratasse (Houseknecht, 1987; Miller, 1987).

No caso das inquiridas que já tinham um projecto de descendência definido, a relação entre a escolaridade e a dimensão do projecto – ou *ideal inicial* – é muito interessante e vai de encontro aos resultados das investigações atrás referidas: quanto mais escolarizada é a mulher, mais ambicioso é o seu ideal inicial (quadro 2.14). O número de filhos que desejavam ter antes da entrada na maternidade era, em média: 2,03 para as inquiridas sem escolaridade; 2,08 para as que têm o ensino primário; 2,13 para as inquiridas com o preparatório/básico; 2,28 para as do secundário; e 2,53 para as que têm o curso médio/licenciatura incompleta e 2,48 para as que têm uma licenciatura ou um grau superior. Ora como se verifica, os percursos escolares longos, pelo menos a nível das aspirações, não andam associados a descendências contidas. Bem pelo contrário, são as mulheres que frequentaram o ensino superior que menos vezes planeiam ficar pelo primeiro filho e que mais frequentemente idealizam cenários de três e mais filhos. Mas a maioria das inquiridas tem, efectivamente, um ideal inicial de dois filhos. A tendência para a “moda” é, no entanto, ligeiramente superior nas mulheres com níveis de instrução mais baixos, nomeadamente até ao básico. Por outro lado, o ideal do filho único é constante até ao ensino secundário – pesa à volta de 14-15% no conjunto dos ideais iniciais – só descendo então, de forma, significativa no ensino superior.

Quanto à classe social, destacam-se as inquiridas com profissões de direcção ou científicas, na medida em que têm o perfil mais ambicioso, idêntico ao das mais escolarizadas. Por outro lado, temos as empregadas não qualificadas e as assalariadas agrícolas com os ideais mais contidos, encontrando-se sobrerrepresentadas no filho único. E, por fim, as camponesas e as operárias, que convergem na sua maioria para o ideal de dois filhos. Elas marcam pouca presença no ideal inicial de quatro e mais filhos, mas também no de filho único, no caso específico das camponesas.

O cruzamento com a trajectória não dá resultados com significado estatístico, o que é revelador de que o número de filhos que as mulheres desejam para si é independente da sua relação com o mercado de trabalho. Fica claro que a manutenção de certas lógicas familiares mais tradicionais, como a divisão dos papéis de género (homem “ganha-pão” e mulher doméstica), não está associada à imagem clássica da família numerosa, já que as inquiridas inactivas não são mais ambiciosas.

Quadro 2.14 – Ideal inicial, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Ideal inicial					Média
	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e + filhos	Total	
Escolaridade da inquirida	CC=,161; Sig.=,031					S=,001; ES=,020
Sem escolaridade	13,8	69,0	17,2	-	100	2,03
Ensino primário	15,1	70,6	9,6	4,7	100	2,08
Ensino preparatório/básico	14,2	68,0	12,3	5,6	100	2,13
Ensino secundário	14,5	62,3	13,0	10,1	100	2,28
Curso médio/lic. incompleta	9,1	56,4	23,6	10,9	100	2,53
Licenciatura ou grau superior	6,8	63,6	15,9	13,6	100	2,48
Classe social da inquirida	CC=,177; Sig.=,063					S=,006; ES=,020
ED e PIC	8,3	61,5	17,7	12,5	100	2,49
PTEI	13,0	63,0	17,4	6,5	100	2,22
IPP	10,0	64,3	17,9	7,9	100	2,27
EE	15,2	66,8	12,1	5,8	100	2,17
ENQ	19,9	65,1	8,9	6,2	100	2,05
OI	14,3	72,0	9,3	4,3	100	2,06
AA	21,7	65,2	8,7	4,3	100	1,96
C	6,3	78,1	12,5	3,1	100	2,16
Trajectória da inquirida	CC=,066; Sig.=,616					S=,353; ES=,002
Sempre com trabalho	14,3	66,7	11,5	7,4	100	2,18
Trabalho em 1 ou 2 momentos	14,2	67,8	13,6	4,4	100	2,11
Sempre sem trabalho	11,9	68,8	11,9	7,3	100	2,24
Todas as famílias	14,0	67,4	12,3	6,3	100	2,16

Quando analisamos o *ideal abstracto* das inquiridas à luz da sua escolaridade (quadro 2.15), o panorama torna-se mais complexo¹⁰⁶. Ao contrário do que acontece com o ideal inicial, que aumenta com o capital escolar, o abstracto vai se tornando mais restrito, até atingir o mínimo no secundário, voltando a subir no superior para valores elevados: 2,45 e 2,34 filhos, em média, para as mulheres sem escolaridade e com a primária 2,30 para as que têm o ensino preparatório/básico; 2,22 para as que têm o secundário; 2,41 e 2,40 para as mulheres com licenciatura incompleta e completa. Com efeito, constata-se que são, novamente, as inquiridas com mais capitais escolares que idealizam cenários de fecundidade que envolvem várias crianças: 41-46% tem um ideal abstracto de três e mais filhos. Mas o mesmo sucede com as mulheres pouco ou nada escolarizadas: também elas têm como modelo uma descendência numerosa (37-38%). E

nenhuma mulher sem escolaridade concebe uma família sem filhos ou com um filho apenas. Por outro lado, as inquiridas com o secundário são as que têm o modelo de família mais homogéneo e cimentado na “norma dos dois filhos”, pelo que são elas que menos vezes expressam ideais elevados (24%). Por fim, as inquiridas com o ensino preparatório e o básico posicionam-se entre os dois perfis: 69% tem um ideal abstracto de dois filhos e 29% de três e mais filhos.

Quadro 2.15 – Ideal abstracto, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Ideal abstracto					Média
	0-1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e + filhos	Total	
Escolaridade da inquirida	CC=,145; Sig.=001					S=,039; ES=,007
Sem escolaridade	-	62,2	28,4	9,5	100	2,45
Ensino primário	1,9	61,3	31,5	5,3	100	2,34
Ensino preparatório/básico	1,9	69,2	23,1	5,9	100	2,30
Ensino secundário	2,1	74,1	21,2	2,6	100	2,22
Curso médio/lic. incompleta	2,1	52,1	42,7	3,1	100	2,41
Licenciatura ou grau superior	2,4	56,6	34,9	6,0	100	2,40
Classe social da inquirida	CC=,166; Sig.=,001					S=,128; ES=,007
ED e PIC	2,3	54,3	39,3	4,0	100	2,39
PTEI	3,2	77,8	17,5	1,6	100	2,15
IPP	0,8	62,8	32,0	4,4	100	2,35
EE	1,7	71,2	21,9	5,2	100	2,29
ENQ	1,7	65,0	27,9	5,4	100	2,33
OI	2,0	65,5	25,8	6,7	100	2,33
AA	3,5	61,4	31,6	3,5	100	2,32
C	2,4	45,9	47,1	4,7	100	2,45
Trajectória da inquirida	CC=,044; Sig.=,775					S=,752; ES=,000
Sempre com trabalho	2,3	64,2	28,1	5,4	100	2,32
Trabalho em 1 ou 2 momentos	1,6	66,0	27,4	5,0	100	2,33
Sempre sem trabalho	0,9	62,3	31,1	5,7	100	2,36
Todas as famílias	1,9	64,7	28,2	5,3	100	2,33

A classe social permite confirmar que são as camponesas e as profissionais qualificadas que têm o ideal abstracto mais ambicioso (respectivamente, 2,45 e 2,39 em média), mas que não tende a ultrapassar os três filhos. No entanto, as camponesas destacam-se, na medida em que são as únicas inquiridas onde os ideais de dois e de três

¹⁰⁶ Diferenciando-se inclusivamente do caso suíço, em que os dois indicadores evoluem linearmente (Bassand e Kellerhals, 1975).

filhos têm pesos muito semelhantes. Todas as outras têm uma clara preferência pela descendência de dois filhos. No outro extremo estão as profissionais técnicas, as menos ambiciosas (2,15 filhos). Não só são as que mais referem o ideal de dois filhos (praticamente 8 em 10), como são as que mais recusam cenários superiores, tanto o de três como o de quatro e mais filhos. Já o impacto da trajetória da condição perante o trabalho no ideal abstracto não é significativo, embora um rápido olhar sobre o cruzamento pareça mostrar que as inquiridas que nunca trabalharam têm um ideal abstracto ligeiramente superior.

O cruzamento da escolaridade com a *descendência actual* (quadro 2.16) é estatisticamente muito significativo e comporta-se, de certa forma, à semelhança do que se passa com o ideal abstracto: a descendência média diminui à medida que aumenta o nível de instrução, atingindo o valor mais baixo no secundário, e volta a subir ligeiramente no ensino superior, embora ficando bastante aquém da média mais elevada, que é atingida pelas mulheres menos escolarizadas. A média é de 3,01 para as mulheres sem escolaridade; 2,24 para as que têm o ensino primário; 1,93 para as que têm o preparatório/básico; 1,83 para as do secundário; 1,97 para as do curso médio e 1,99 para as licenciadas. Ora, é clara a tendência para o número de filhos ficar abaixo do ideal inicial (mesmo tendo presente que há quem procure aumentar ainda a sua descendência) e, mais ainda, do abstracto. A excepção coloca-se para as mulheres menos escolarizadas, que superam amplamente o seu ideal inicial e que se aproximam do ideal abstracto, ou ultrapassam mesmo, no caso das que não têm escolaridade. São elas que têm, com mais frequência, descendências numerosas (três e quatro e mais filhos) e com menos frequência descendências de filho único, nomeadamente as mulheres sem escolaridade: 55% tem três e mais filhos; o quarto filho está muito presente (31%); e as descendências de um ou dois filhos estão claramente abaixo da média (45%). Em contrapartida, para as restantes inquiridas, não é frequente ter mais de dois filhos (menos de 20%). As que têm níveis de escolaridade intermédios (preparatório/básico e secundário), mas também as que têm o ensino médio, estão um pouco sobrerrepresentadas no filho único. E as mulheres licenciadas são as que estão mais centradas nas descendências de dois filhos (63%).

Quadro 2.16 – Descendência actual, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Descendência actual					Média
	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e + filhos	Total	
Escolaridade da inquirida	CC=,276; Sig.=,000					S=,000; ES=,071
Sem escolaridade	12,8	32,1	24,4	30,8	100	3,01
Ensino primário	17,0	54,8	20,3	7,9	100	2,24
Ensino preparatório/básico	29,7	53,9	12,1	4,4	100	1,93
Ensino secundário	30,7	57,3	10,1	2,0	100	1,83
Curso médio/lic. incompleta	27,0	54,0	14,0	5,0	100	1,97
Licenciatura ou grau superior	20,4	63,4	12,9	3,2	100	1,99
Classe social da inquirida	CC=,215; Sig.=,000					S=,000; ES=,034
ED e PIC	21,2	60,3	14,3	4,2	100	2,02
PTEI	23,8	61,9	7,9	6,3	100	1,98
IPP	19,8	51,4	21,8	7,0	100	2,18
EE	29,5	56,5	12,5	1,4	100	1,86
ENQ	24,0	53,7	18,3	4,1	100	2,04
OI	25,2	52,2	14,2	8,5	100	2,12
AA	24,6	50,9	12,3	12,3	100	2,25
C	5,4	53,3	23,9	17,4	100	2,63
Trajectória da inquirida	CC=,166; Sig.=,000					S=,000; ES=,024
Sempre com trabalho	26,5	56,1	13,1	4,4	100	1,97
Trabalho em 1 ou 2 momentos	20,0	54,3	18,4	7,2	100	2,16
Sempre sem trabalho	19,3	45,9	20,2	14,7	100	2,41
Todas as famílias	23,4	54,2	15,8	6,6	100	2,09

Em relação à classe social, chama a atenção o perfil das camponesas: têm com frequência descendências de três e de quatro e mais filhos; e poucas são as que têm apenas um filho. Também acima da média é a fecundidade das assalariadas agrícolas (2,25) e a das independentes e pequenas patroas (2,18). Mas enquanto que a primeira se deve ao peso das descendências de quatro e mais filhos, a segunda resulta do maior peso das descendências de três e do menos peso das de filho único. A fecundidade mais restrita encontramos entre as empregadas executantes (em média, 1,86) e, em seguida, entre as profissionais técnicas (1,98). Mas se, no primeiro caso, se deve aos filhos únicos e à fraca expressão das descendências de quatro e mais filhos, no caso das técnicas deve-se ao peso das descendências de dois filhos e à fraca expressão das de três. As operárias e as empregadas não qualificadas são, então, as que têm os perfis mais próximos da amostra (em média, 2,12 e 2,04, respectivamente).

Ao contrário do que se passa com os ideais, a participação ou não no mercado de trabalho influencia significativamente a dimensão da descendência. Podemos mesmo acrescentar que, quanto mais inserida está a mulher no mercado de trabalho, mais contida é a sua prole: 2,41 filhos, em média, no caso das inquiridas que nunca trabalharam; 2,16 nas que trabalharam em um ou dois momentos; e 1,97 nas que sempre trabalharam. Se a tendência generalizada é para ter dois filhos, as inquiridas que nunca trabalharam têm menos frequentemente esta descendência do que as restantes. E também ficam menos vezes pelo filho único, pelo que os casos de três e mais filhos são muito expressivos (35% contra 23% da amostra). Inclusivamente, o número de mulheres com três filhos é praticamente idêntico ao de mulheres com um filho e a percentagem das que têm pelo menos quatro filhos supera largamente a amostra (mais do dobro). Quanto às mulheres que sempre trabalharam têm um perfil praticamente oposto: são elas que ficam mais vezes por descendências de um e dois filhos; e não chegam a 2 em 10 as que têm uma família mais numerosa. De tal modo que são as únicas que tendem a ficar mais vezes pelo filho único (mais de um quarto) do que a arriscar para além dos dois (menos de um quinto). Por fim, as mulheres que passaram em um ou dois momentos pelo mercado de trabalho têm um perfil intermédio e mais próximo do da amostra, embora estejam sobrerrepresentadas nas descendências de três e mais filhos e sub-representadas nas de filho único. O terceiro filho passa a ser, assim, quase tão frequente como o primeiro.

Mas será que este panorama traduz de algum modo o que se passa a nível da escolaridade feminina, na medida em que há, seguramente, uma certa colagem entre percursos escolares curtos e inactividade e entre percursos escolares longos e inserção no mercado de trabalho, como vimos, aliás, na sociografia? Ou, pelo contrário, é pelo facto de estar em casa que se reúnem as condições para acolher mais filhos, independentemente da escolaridade? O olhar cruzado sobre a descendência actual, a trajetória da condição perante o trabalho e a escolaridade (agregada agora em três categorias para viabilizar o cruzamento) permite apreender o impacto claro de ambas as variáveis (quadro 2.17).

Quadro 2.17 – Dimensão da descendência, segundo a escolaridade e a trajectória (%)

Escolaridade e trajectória	Dimensão da descendência		
	1 e 2 filhos	3 e + filhos	Todas
Sem escolaridade / ensino primário	CC=,112; Sig.=,007		
Sempre com trabalho (n = 351)	74,1	25,9	100
Trabalhou em 1 ou 2 momentos (n = 305)	67,2	32,8	100
Sempre sem trabalho (n = 129)	59,7	40,3	100
Subtotal	69,0	30,8	100
Ensino preparatório / básico	CC=,150; Sig.=,001		
Sempre com trabalho (n = 300)	88,3	11,7	100
Trabalhou em 1 ou 2 momentos (n = 220)	80,9	19,1	100
Sempre sem trabalho (n = 74)	71,6	28,4	100
Subtotal	83,5	16,5	100
Ensino secundário / superior	CC=,085; Sig.=,243		
Sempre com trabalho (n = 267)	87,3	12,7	100
Trabalhou em 1 ou 2 momentos (n = 110)	80,9	19,1	100
Sempre sem trabalho (n = 15)	80,0	20,0	100
Subtotal	85,2	14,8	100
Todas as famílias	77,5	22,5	100

Se tivermos em conta as descendências numerosas, de três e mais filhos, tiramos algumas ilações. Em primeiro lugar, a sua frequência tende a diminuir à medida que os capitais escolares femininos aumentam, não obstante o tipo de trajectória. Esta tendência é, todavia, mais nítida nas situações “sempre sem trabalho”: representam 40% das descendências das inquiridas sem escolaridade e com o primário; 28% das que têm o preparatório/básico; e 20% das que têm o secundário ou mais. Em segundo lugar, a sua frequência também diminui em cada categoria escolar, à medida que aumenta a participação das mulheres no mercado de trabalho, resultado que leva a equacionar se, dentro de certos limites¹⁰⁷, as mulheres terão uma descendência numerosa porque estão em casa e não o contrário, ou seja, estão em casa porque têm um projecto familiar ambicioso. Torna-se, assim, evidente que a combinação destas variáveis desempenha um papel essencial na construção da vida familiar, embora o seu impacto seja mais significativo para umas do que para outras. De facto, no caso das mulheres mais escolarizadas, não há praticamente diferença entre aquelas que entraram e saíram do

¹⁰⁷ É de notar que as descendências numerosas são sempre menos frequentes nas mulheres mais escolarizadas. Enquanto que das inquiridas mais escolarizadas e sempre sem trabalho, 20% tem três e mais filhos, das inquiridas menos escolarizadas e sempre activas 26% tem essa descendência.

mercado de trabalho e as que nunca trabalharam, bem como também é menor a distância que as separa das que sempre trabalharam.

1.5.2. As tensões entre os ideais e as descendências

Analisar as *tensões* à luz do contexto social permite perceber se as inquiridas de diferentes meios sociais estão em igualdade de circunstâncias no que se refere à materialização dos desejos no domínio da fecundidade.

Começando pela escolaridade, quando comparamos *o ideal inicial com a descendência actual*, verificamos que, para mais de metade das inquiridas (entre 51 e 61%), não há qualquer desfasamento, o que significa que têm o número de filhos que projectavam ter antes da entrada na maternidade (quadro 2.18). É o olhar sobre as tensões “por defeito” e “por excesso” que faz ressair as diferenças introduzidas pelo percurso escolar: a primeira intensifica-se muito à medida que aumentam os anos de escolaridade, atingindo o máximo nas mulheres com a licenciatura incompleta; e a segunda tem o comportamento oposto. Isto significa que são as inquiridas com percursos escolares longos que mais vezes ficam aquém do seu ideal inicial: 36% das licenciadas, 40% das que têm curso médio e 36% das que têm o secundário tiveram até ao momento menos filhos do que os desejados. Por outro lado, foram as inquiridas menos escolarizadas que excederam, em larga medida, o número de filhos idealizado numa fase inicial: 21% das que têm a primária e 41% das mulheres sem escolaridade têm uma descendência superior à pretendida. De tal modo que são elas que estão mais sujeitas à tensão “por excesso” do que “por defeito”, o que leva a equacionar a eficácia das práticas contraceptivas dos casais com baixos capitais escolares.

A classe social vem mostrar que a tensão “por defeito” pesa, sobretudo, no caso das inquiridas mais qualificadas (que também são as que menos vezes excedem o ideal inicial) e das empregadas executantes, enquanto que a tensão “por excesso” marca mais presença entre as empregadas não qualificadas e as assalariadas agrícolas. Curiosamente, as camponesas pautam-se pela ausência de tensão (72%), ou seja, a maioria tem a descendência que idealizou inicialmente.

Quanto à trajectória, destaca-se o perfil das mulheres que sempre trabalharam: a tensão “por defeito” é muito superior à tensão “por excesso”. De facto, 29% ficou aquém dos seus objectivos iniciais e só 13% superou os mesmos. Em contrapartida, as tensões das inquiridas que trabalharam em um ou dois momentos e que nunca o fizeram

são semelhantes e tendem para um equilíbrio, embora estejam ligeiramente sobrerrepresentadas na tensão “por excesso”.

Quadro 2.18 – Tensão entre ideal inicial e descendência actual, segundo o contexto social (%)

Contexto Social	Tensão entre ideal inicial e descendência actual			Total
	Ausência de tensão	Tensão por defeito	Tensão por excesso	
Escolaridade da inquirida	CC=,216; Sig=,000			
Sem escolaridade	51,7	6,9	41,4	100
Ensino primário	59,9	19,0	21,1	100
Ensino preparatório/básico	57,7	27,0	15,3	100
Ensino secundário	53,6	35,5	10,9	100
Curso médio/lic. incompleta	50,9	40,0	9,1	100
Licenciatura ou grau superior	61,4	36,4	2,3	100
Classe social da inquirida	CC=,149; Sig=,071			
ED e PIC	59,4	34,4	6,3	100
PTEI	52,2	28,3	19,6	100
IPP	59,3	23,6	17,1	100
EE	53,8	31,4	14,8	100
ENQ	56,8	22,6	20,5	100
OI	59,1	22,9	17,9	100
AA	65,2	13,0	21,7	100
C	71,9	12,5	15,6	100
Trajectória da inquirida	CC=,120; Sig=,005			
Sempre com trabalho	58,2	28,8	13,0	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	56,7	22,5	20,8	100
Sempre sem trabalho	57,8	20,2	22,0	100
Todas as famílias	57,6	25,7	16,7	100

Por fim, a análise da tensão entre *o ideal abstracto e a descendência actual* permite constatar que, independentemente do percurso escolar, estamos perante uma assimetria evidente entre a família-modelo e os comportamentos efectivos no domínio procriativo (quadro 2.19). Assim, não só o desfasamento é superior neste indicador que no anterior – quase 6 inquiridas em 10 têm actualmente uma descendência diferente da idealizada enquanto modelo –, como se acentua em todos os níveis escolares. No entanto, há uma variação não negligenciável entre as inquiridas mais e menos sujeitas a tensão: 69% das que não têm qualquer grau, contra 51% das que têm o secundário (são elas que têm, respectivamente, o ideal abstracto mais ambicioso e mais contido).

Quadro 2.19 – Tensão entre ideal abstracto e descendência actual, segundo o contexto social (%)

Contexto Social	Tensão entre ideal abstracto e descend. actual			Total
	Ausência de tensão	Tensão por defeito	Tensão por excesso	
Escolaridade da inquirida	CC=,119; Sig.=,000			
Sem escolaridade	31,1	24,3	44,6	100
Ensino primário	42,2	37,3	20,6	100
Ensino preparatório/básico	39,4	46,1	14,5	100
Ensino secundário	48,7	43,5	7,8	100
Curso médio/lic. incompleta	39,6	49,0	11,5	100
Licenciatura ou grau superior	42,2	45,8	12,0	100
Classe social da inquirida	CC=,148; Sig.=,001			
ED e PIC	42,2	45,7	12,1	100
PTEI	54,0	31,7	14,3	100
IPP	39,6	38,0	22,4	100
EE	40,6	47,6	11,8	100
ENQ	40,8	44,6	14,6	100
OI	41,4	41,2	17,4	100
AA	42,1	38,6	19,3	100
C	43,5	25,9	30,6	100
Trajectória da inquirida	CC=,150; Sig.=,000			
Sempre com trabalho	41,1	46,0	12,9	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	43,4	37,1	19,5	100
Sempre sem trabalho	36,3	34,9	28,8	100
Todas as famílias	41,3	41,5	17,2	100

Este panorama deve-se, sobretudo, ao peso crescente da tensão “por defeito”. Por outras palavras, o desfasamento traduz a impossibilidade ou a indisponibilidade das famílias para reproduzirem o ideal abstracto de descendência. A partir do ensino preparatório/básico a tensão “por defeito” é, então, muito elevada. Mas para as inquiridas sem escolaridade, o cenário é praticamente oposto. Se são elas que estão mais sujeitas a desajustamentos entre ideal abstracto e descendência actual, a tensão é mais “por excesso” do que “por defeito”: 45% ultrapassou e apenas 24% ficou aquém da família-modelo. Inclusivamente, a tensão “por excesso” é o cenário mais frequente. Se tivermos em conta que são elas que têm o ideal abstracto mais numeroso (2,45 filhos em média), não podemos deixar de pensar, mais uma vez, que as mulheres sem instrução têm mais dificuldade em domesticar a sua fecundidade.

Quando olhamos para a classe social, constatamos que são as camponesas que mais vezes ultrapassam e menos vezes ficam aquém do ideal abstracto. O oposto passa-se, então, com as empresárias/intelectuais e com as empregadas executantes. Já as profissionais técnicas são as que mais frequentemente dimensionam a descendência à imagem do seu ideal abstracto (54%).

No que toca à trajectória, as inquiridas que nunca trabalharam são as que menos frequentemente reproduzem a família-modelo, pelo que estão mais sujeitas a tensões do que as restantes. E embora a tensão “por defeito” seja mais comum do que a “por excesso”, praticamente 3 em 10 têm uma descendência mais numerosa do que a idealizada abstractamente (contra 17% da amostra). Por seu lado, as mulheres que sempre trabalharam estão sub-representadas na tensão “por excesso”, já que apenas 13% tem uma descendência actual superior ao ideal abstracto. A maioria está, bem pelo contrário, sujeita à tensão “por defeito”, ultrapassando mesmo a percentagem das que não registam desfasamentos. Por fim, a distribuição das mulheres que trabalharam em um ou dois momentos oscila pouco em relação à distribuição amostral.

1.5.3. O planeamento dos nascimentos

No que respeita ao planeamento do *primeiro nascimento*, o cruzamento com a escolaridade não é estatisticamente significativo, já que este é sempre mais planeado do que “acidental” (quadro 2.20). No entanto, não podemos deixar de notar que o peso do “acidente” neste nascimento marca mais a carreira procriativa das inquiridas sem escolaridade. Já o planeamento do *último nascimento* varia de modo expressivo: passa de 37% nas inquiridas sem escolaridade para 77% nas mais escolarizadas; e é só a partir do preparatório/básico, que ele passa a ser mais planeado do que “acidental”.

Curiosamente, a classe social tem impacto no planeamento tanto do último como também do primeiro nascimento. Temos, por um lado, as empresárias e as intelectuais e as executantes que estão sobrerrepresentadas no planeamento de ambos os nascimentos, embora haja uma diferença não despreciada em relação ao último (respectivamente 68 e 56%); temos, por outro lado, as assalariadas agrícolas e as camponesas, que estão sub-representadas no planeamento destes nascimentos, sendo que as camponesas são as que registam mais “acidentes” no primeiro nascimento (46% contra 31% da amostra); e temos, finalmente, as inquiridas das restantes classes, que têm níveis de planeamento semelhantes ao da amostra.

Quadro 2.20 – Planeamento do primeiro e do último nascimento, segundo o contexto social (%)

Contexto Social	Planeamento dos nascimentos					
	Primeiro			Último*		
	Planeado	Não plan.	Total	Planeado	Não plan.	Total
Escolaridade da inquirida	CC=,060; Sig.=,274			CC=,152; Sig.=,000		
Sem escolaridade	60,3	39,7	100	37,3	62,7	100
Ensino primário	66,9	33,1	100	48,3	51,7	100
Ensino preparatório/básico	70,9	29,1	100	54,5	45,5	100
Ensino secundário	69,3	30,7	100	60,1	39,9	100
Curso médio/lic. incompleta	73,7	26,3	100	54,2	45,8	100
Licenciatura ou grau superior	71,0	29,0	100	77,0	23,0	100
Classe social da inquirida	CC=,113; Sig.=,002			CC=,119; Sig.=,008		
ED e PIC	74,5	25,5	100	67,6	32,4	100
PTEI	66,7	33,3	100	50,0	50,0	100
IPP	68,4	31,6	100	51,2	48,8	100
EE	75,9	24,1	100	56,1	43,9	100
ENQ	66,1	33,9	100	50,0	50,0	100
OI	68,2	31,8	100	51,0	49,0	100
AA	61,4	38,6	100	46,5	53,5	100
C	54,3	45,7	100	43,7	56,3	100
Trajectória da inquirida	CC=,074; Sig.=,008			CC=,090; Sig.=,004		
Sempre com trabalho	72,1	27,9	100	56,9	43,1	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	66,1	33,9	100	50,0	50,0	100
Sempre sem trabalho	63,3	36,7	100	44,3	55,7	100
Todas as famílias	68,8	31,2	100	52,8	47,2	100

* Quando teve mais do que um nascimento

Quanto à trajectória, constatamos que também há uma disposição crescente para planear ambos os nascimentos com a persistência da participação no mercado de trabalho. No caso do último nascimento, para as mulheres que sempre trabalharam, este tende a ser mais planeado do que “acidental”, enquanto que para as que nunca trabalharam se passa precisamente o contrário. Já as que entram e saem do mercado de trabalho, o planeamento e o “acidente” ocorrem com a mesma frequência.

Uma primeira leitura do cruzamento do *tipo de planeamento dos nascimentos* com os capitais escolares permite fazer duas afirmações: que o planeamento aumenta com o nível de instrução; e que se destacam dois perfis com pesos idênticos. Num, onde as descendências tendem a ser planeadas, marca, essencialmente, a fecundidade das inquiridas a partir do preparatório/básico; no outro, onde é frequente ocorrer

nascimentos resultantes de gravidezes “acidentais”, prende-se à fecundidade das pouco ou nada escolarizadas. Não obstante, quando comparamos a dimensão “acidental” nas inquiridas sem escolaridade e com o ensino primário, não podemos deixar de pensar que fazer um percurso escolar, por curto que seja, parece desempenhar um papel decisivo na aquisição de competências no domínio do planeamento familiar (quadro 2.21). A classe social apresenta o mesmo tipo de resultados: as mulheres mais qualificadas, bem como as executantes, têm descendências mais planeadas; e as restantes têm mais “acidentes”, sendo que as camponesas se destacam a este nível, já que 73% teve pelo menos um nascimento não planeado.

Quadro 2.21 – Planeamento de todos os nascimentos, segundo o contexto social (%)

Contexto Social	Planeamento de todos os nascimentos					
	Todas as descendências			Descendências de 2 filhos		
	Planeados	Pelo menos 1 não planeado	Total	Planeados	Pelo menos 1 não planeado	Total
Escolaridade da inquirida	CC=,138; Sig.=,000			CC=,075; Sig.=,379		
Sem escolaridade	32,5	67,5	100	52,0	48,0	100
Ensino primário	41,6	58,4	100	48,9	51,1	100
Ensino preparatório/básico	51,4	48,6	100	48,7	51,3	100
Ensino secundário	55,8	44,2	100	50,0	50,0	100
Curso médio/lic. incompleta	53,1	46,9	100	58,8	41,2	100
Licenciatura ou grau superior	61,3	38,7	100	62,1	37,9	100
Classe social da inquirida	CC=,142; Sig.=,000			CC=,098; Sig.=,263		
ED e PIC	58,8	41,2	100	62,4	37,6	100
PTEI	47,6	52,4	100	44,7	55,3	100
IPP	44,5	55,5	100	50,4	49,6	100
EE	55,3	44,7	100	51,3	48,7	100
ENQ	44,0	56,0	100	44,5	55,5	100
OI	47,1	52,9	100	50,2	49,8	100
AA	45,6	54,4	100	46,4	53,6	100
C	27,2	72,8	100	47,8	52,2	100
Trajectória da inquirida	CC=,117; Sig.=,000			CC=,055; Sig.=,241		
Sempre com trabalho	53,0	47,0	100	53,0	47,0	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	44,0	56,0	100	47,5	52,5	100
Sempre sem trabalho	36,6	63,4	100	47,4	52,6	100
Todas as famílias	47,8	52,2	100	50,4	49,6	100

Mas não estarão estes perfis associados à dimensão das descendências, já que, como observámos, o tipo de planeamento está fortemente ligado ao número de filhos e são exactamente as inquiridas menos escolarizadas e qualificadas que têm, em regra, mais filhos? De facto assim é, pois aquela tendência desaparece quando analisamos o tipo de planeamento na descendência de dois filhos (quadro 2.21). Em linhas gerais podemos concluir que as descendências das inquiridas pouco escolarizadas e pouco ou medianamente qualificadas são muitas vezes pautadas por nascimentos não planeados, o mesmo não sucedendo com as restantes. Porém, a constituição da descendência parece realizar-se em duas etapas: uma etapa mais “activa”, em que as inquiridas, independentemente da escolaridade, procuram ter um ou dois filhos de forma planeada; e uma etapa mais “passiva”, em que os “acidentes” na carreira reprodutiva levam ao aumento da descendência. O que fica por esclarecer – na medida em que o inquérito não contempla questões sobre o tipo de contracepção posto em prática pelos casais, nem sobre eventuais interrupções voluntárias da gravidez – é se estes dois perfis não resultarão afinal da intersecção de duas tendências: o recurso a uma contracepção mais ou menos segura e a maior ou menor disponibilidade para aceitar uma gravidez imprevista, como apontaram outros estudos (INE, 2001; Almeida, 2004).

Os cruzamentos com a trajectória comportam-se exactamente da mesma maneira. Se, quanto mais inserida está a mulher no mercado de trabalho, maior a probabilidade de planear a descendência (53% das inquiridas que sempre trabalharam, 44% das que o fizeram em um ou dois momentos e 37% das que nunca trabalharam planearam todos os nascimentos), quando isolamos as descendências de 2 filhos, essa tendência dilui-se. Ora, a entrada dos filhos na vida familiar ocorre de modo distinto em função da presença/ausência da mulher do mercado de trabalho. Se grande parte das mães que trabalham de forma sistemática tem uma carreira reprodutiva caracterizada por nascimentos planeados, as que nunca trabalharam estão sujeitas a gravidezes “acidentais”. Reflectirá, este cenário, uma maior dificuldade das inactivas em gerirem a fecundidade, por pertencerem a uma franja da população menos escolarizada? Não traduzirá, pelo contrário, uma maior abertura para redimensionar os projectos familiares, na medida em que têm uma maior disponibilidade por estarem longe do mercado de trabalho e dos constrangimentos que a vida profissional implica? Com efeito, os problemas da conciliação e os custos associados à guarda das crianças pequenas não se colocam para estas mães.

O olhar cruzado sobre o planeamento, a escolaridade e a trajetória (quadro 2.22), apresenta resultados interessantes: se tivermos em conta as mulheres que fizeram um determinado percurso escolar, observamos que aquelas que sempre trabalharam planeiam com mais cuidado do que as restantes a entrada dos filhos na vida familiar, não deixando, contudo, de se notar o impacto da escolaridade. Portanto, das mulheres sem escolaridade e com o ensino primário que sempre trabalharam, 45% planearam todos os nascimentos. A percentagem sobe para 55% no caso das que têm o ensino preparatório/básico e para 61% no caso das que têm o ensino secundário e universitário.

Quadro 2.22 – Tipo de planeamento dos nascimentos, segundo a escolaridade e a trajetória (%)

Escolaridade e trajetória	Tipo de planeamento		
	planeados	um não planeado	Todos
Sem escolaridade / ensino primário	CC=,083; Sig.=,068		
Sempre com trabalho (n = 348)	45,1	54,9	100
Trabalhou em 1 ou 2 momentos (n = 301)	37,2	62,8	100
Sempre sem trabalho (n = 127)	36,2	63,8	100
Subtotal	40,6	59,4	100
Ensino preparatório / básico	CC=,111; Sig.=,026		
Sempre com trabalho (n = 293)	55,3	44,7	100
Trabalhou em 1 ou 2 momentos (n = 219)	50,7	49,3	100
Sempre sem trabalho (n = 74)	37,8	62,2	100
Subtotal	51,4	48,6	100
Ensino secundário / superior	CC=,139; Sig.=,021		
Sempre com trabalho (n = 265)	60,8	39,2	100
Trabalhou em 1 ou 2 momentos (n = 110)	49,1	50,9	100
Sempre sem trabalho (n = 15)	33,3	66,7	100
Subtotal	56,4	43,6	100
Todas as famílias	47,8	52,2	100

Mas, mais interessante é perceber que aquelas que nunca trabalharam, independentemente dos capitais escolares, têm de facto mais “acidentes” na sua carreira reprodutiva: menos de 4 em 10 planearam todos os nascimentos. Ora, se bem que a influência do percurso escolar não deixa de sobressair nestes resultados, o que é certo é que também sai reforçada a ideia de que a não participação da mulher no mercado de trabalho permite “afrouxar” a vigilância contraceptiva abrindo caminho a um “acidente”

mais ou menos desejado. Não obstante, não podemos deixar passar em branco o facto de que são essencialmente as mulheres pouco ou nada escolarizadas que têm uma trajectória sempre sem trabalho, ou seja, estão sobrerrepresentadas nesta situação as inquiridas sem escolaridade e com o ensino primário.

1.5.4. O calendário da fecundidade

Amplamente confirmado por estudos nacionais e internacionais é o facto de a escolaridade feminina ter um grande impacto a nível dos calendários da fecundidade (Kellerhals et al., 1982; Almeida et al., 1995; Almeida, 2004; INE 1998/2001), o mesmo se observando nos resultados deste inquérito.

No que respeita à *idade da mulher no nascimento do primeiro filho* é clara a relação com o percurso escolar, já que a idade média neste acontecimento é de 22,8 anos para as inquiridas sem escolaridade, 23,1 anos para as que têm a primária, 23,5 anos para as que têm o preparatório/básico, 25,3 anos para as que têm o secundário, 26,2 anos para as que têm o curso médio/licenciatura incompleta e 27,5 anos para as que têm a licenciatura ou grau superior (quadro 2.23). É possível afirmar, como no estudo realizado pelo INE, que “as mulheres tendem a adiar o nascimento do primeiro filho em função directa do nível educacional” (1998, p.26). Há, nitidamente, diferentes temporalidades na abertura da carreira reprodutiva em função do percurso escolar das inquiridas: as menos escolarizadas acolhem cedo a criança; enquanto que as mais escolarizadas tendem a adiar a sua vinda, de forma a terem acesso a (ou no resultado de) um trajecto escolar mais longo. Inclusivamente, não se pode isolar o nascimento do primeiro filho do início da vida conjugal, já que estas duas transições familiares estão associadas e seguem a mesma tendência¹⁰⁸. Foi, então, entre os 20 e os 29 anos que grande parte das mulheres teve o primeiro filho. Mas, enquanto que as inquiridas até ao ensino preparatório e básico concentraram esse nascimento na faixa etária dos 20-24 anos, as inquiridas a partir do secundário concentraram na faixa dos 25-29 anos. E foi nos extremos que as práticas mais se diferenciaram: 17% das inquiridas sem escolaridade anteciparam este nascimento para antes dos 20 anos (aos 24 anos, idade

¹⁰⁸ A idade média das mulheres no início da conjugalidade aumenta linearmente com o percurso escolar: é de 21,3 nas mulheres sem escolaridade; 21,7 nas que têm o ensino primário e o preparatório/básico; 23,2 nas que têm o secundário; 23,9 nas que têm o curso médio/licenciatura incompleta; e 24,9 nas mulheres com a licenciatura ou grau superior.

limite do pico modal da amostra, 77% já tinha pelo menos 1 filho); e 28% das licenciadas adiaram para depois dos 30 anos (apenas 23% teve filhos antes dos 25 anos).

Quadro 2.23 – Idade no nascimento do primeiro filho, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Idade no nascimento do primeiro filho					Média
	Até 19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30 e + anos	Total	
Escolaridade da inquirida	CC=,304; Sig.=,000					S=,000; ES=,093
Sem escolaridade	16,7	60,3	10,3	12,8	100	22,82
Ensino primário	15,6	52,1	26,3	5,9	100	23,13
Ensino preparatório/básico	11,6	55,2	25,0	8,2	100	23,49
Ensino secundário	4,0	39,2	45,2	11,6	100	25,25
Curso médio/lic. incompleta	2,0	32,0	50,0	16,0	100	26,23
Licenciatura ou grau superior	1,1	21,5	49,5	28,0	100	27,45
Classe social da inquirida	CC=,304; Sig.=,000					S=,000; ES=,103
ED e PIC	2,1	26,5	47,6	23,8	100	26,93
PTEI	1,6	39,7	44,4	14,3	100	25,73
IPP	13,2	54,9	25,7	6,2	100	23,16
EE	8,8	45,2	36,6	9,4	100	24,38
ENQ	15,9	52,8	26,4	4,9	100	22,93
OI	13,3	58,4	22,2	6,1	100	23,07
AA	26,3	45,6	17,5	10,5	100	22,95
C	14,1	53,3	23,9	8,7	100	23,02
Trajectória da inquirida	CC=,176; Sig.=,000					S=,000; ES=,030
Sempre com trabalho	8,5	44,4	35,9	11,1	100	24,53
Trabalho em 1 ou 2 momentos	15,4	54,6	22,5	7,4	100	23,10
Sempre sem trabalho	12,8	54,6	25,2	7,3	100	23,31
Todas as famílias	11,5	49,3	29,8	9,3	100	23,88

Quanto à classe social, confirmamos que são as inquiridas mais qualificadas – empresárias, cientistas e técnicas – que concentram o primeiro nascimento entre os 25 e os 29 anos e que estão sobrerrepresentadas na maternidade tardia, enquanto que as restantes são mães, com frequência, entre os 20 e os 24 anos. As assalariadas agrícolas são as que tendem a abrir mais cedo a carreira reprodutiva – mais de um quarto teve o primeiro filho antes dos 20 anos –, mas também as empregadas não qualificadas, as camponesas, as operárias e as pequenas patroas estão sobrerrepresentadas nesta faixa etária. Já no que toca à trajectória, observamos que a idade média no primeiro nascimento é mais elevada no caso das mulheres que sempre trabalharam (24,5 anos).

Mas não são as mulheres que nunca trabalharam e sim as que o fizeram em um ou dois momentos que transitaram mais cedo para a maternidade (respectivamente, aos 23,3 e 23,1 anos), na medida em que estas últimas foram mães muito jovens, com menos de 20 anos, com mais frequência (15%). Mas se para todas o intervalo modal se situa nos 20-24 anos, para as mulheres que sempre trabalharam também é usual ter o primeiro filho um pouco mais tarde, entre os 25 e os 29 anos (36%). São ainda elas que mais vezes adiam esse momento para depois dos 29 anos e que menos vezes o têm antes dos 20 anos. Quanto às inquiridas que nunca trabalharam ou que o fizeram em um ou dois momentos, entram na maternidade mais de forma precoce do que tardia.

No que diz respeito à *idade da mulher no nascimento do último filho*, é entre os 25 e os 34 anos (29,3 anos em média) que este costuma ocorrer (quadro 2.24). Mas enquanto que as inquiridas com o preparatório/básico e com o secundário concentram esse acontecimento no pico modal dos 25-29 anos (as primeiras estão inclusivamente sobrerrepresentadas até aos 24 anos), as restantes – e principalmente nos extremos – têm mais frequentemente no pico seguinte. Neste contexto destoa claramente o perfil das mais escolarizadas, na medida em que apenas 27% teve o último nascimento antes dos 30 anos. De facto, o filho mais novo nasce, grosso modo, a partir dos 30 anos e tê-lo a partir dos 35 anos é ainda muito comum (30%).

Ora, por comparação com o indicador anterior, a relação da idade da mulher no último nascimento com o percurso escolar não é linear, já que aqui também intervém a dimensão da descendência. De facto, a idade aumenta na razão directa do número de filhos: 26,0 anos, em média, quando tem 1 filho; 29,4 quando tem 2 filhos, 32,1 quando tem 3 filhos; e 33,4 quando tem 4 ou mais filhos. São, portanto, as inquiridas com as descendências mais contidas, ou seja, as que têm o preparatório/básico e o secundário, que tendem a encerrar mais cedo a carreira reprodutiva: respectivamente, aos 28,1 e aos 29,5 anos. Do mesmo modo, são as inquiridas com as descendências mais numerosas, as que não têm qualquer nível de escolaridade, que têm o último nascimento ligeiramente mais tarde: aos 30,7 anos. Este raciocínio já não se aplica, no entanto, às mulheres mais escolarizadas, pois embora tenham descendências “normativas”, também encerram tarde a carreira reprodutiva. O seu calendário reflecte, então, o adiamento da abertura da carreira reprodutiva.

Estas diferenças anulam-se quando temos em atenção uma dada descendência, nomeadamente a de dois filhos, com a idade da mulher no nascimento do último filho a

aumentar paulatinamente com os capitais escolares: passa de 29,0 anos, em média, nas inquiridas sem escolaridade, para 31,7 nas mais escolarizadas.

Quadro 2.24 – Idade no nascimento do último filho, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Idade no nascimento do último filho					Média Todas as desc.	Média Desc. 2 filhos
	Até 24 anos	25-29 anos	30-34 Anos	35e + anos	Total		
Escolaridade da inquirida	CC=,220; Sig.=,000					S=,000; ES=,046	S=,000; ES=,034
Sem escolaridade	10,3	28,2	42,3	19,2	100	30,65	28,96
Ensino primário	15,6	33,0	34,2	17,2	100	29,62	29,18
Ensino preparatório/básico	23,3	39,8	26,8	10,1	100	28,10	28,76
Ensino secundário	10,6	41,2	34,7	13,6	100	29,46	30,10
Curso médio/lic. incompleta	7,0	33,0	39,0	21,0	100	30,65	30,33
Licenciatura ou grau superior	6,5	20,4	43,0	30,1	100	31,96	31,69
Classe Social da inquirida	CC=,208; Sig.=,000					S=,000; ES=,040	S=,000; ES=,049
ED e PIC	4,2	26,5	43,9	25,4	100	31,60	31,21
PTEI	7,9	38,1	30,2	23,8	100	30,65	30,74
IPP	15,2	39,7	31,5	13,6	100	29,19	28,87
EE	17,0	36,6	31,5	14,8	100	29,11	29,67
ENQ	19,5	38,2	34,1	8,1	100	28,40	28,62
OI	20,7	34,9	31,5	12,9	100	28,76	28,88
AA	31,6	31,6	24,6	12,3	100	27,88	27,68
C	14,1	35,9	31,5	18,5	100	29,57	28,22
Trajectória da inquirida	CC=,098; Sig.=,009					S=,004; ES=,001	S=,000; ES=,016
Sempre com trabalho	14,3	37,0	34,0	14,7	100	29,44	29,81
Trabalho em 1 ou 2 momentos	20,2	34,5	30,7	14,6	100	28,96	28,69
Sempre sem trabalho	15,1	29,4	34,9	20,6	100	29,87	29,42
Todas as famílias	16,4	35,3	32,9	15,4	100	29,32	29,36

Do cruzamento com a classe social há a destacar o perfil mais tardio das empresárias e intelectuais, mesmo se tivermos em conta as descendências de dois filhos, por contraposição ao perfil mais precoce das assalariadas agrícolas. No que respeita à trajectória, também há uma certa relação com a idade da mulher no *nascimento do último filho*. No entanto, quem se demarca agora são as inquiridas que sempre estiveram à margem do mercado de trabalho, na medida em o filho mais novo tende a nascer um pouco mais tarde. Em média, é aos 29,9 anos que ocorre esse nascimento para elas, aos 29,4 para as que sempre trabalharam e aos 29,0 para as que o fizeram em um ou dois momentos. São, assim, as inquiridas sempre inactivas que têm mais vezes o último bebé

a partir dos 35 anos (21%), o que se prende, indubitavelmente, à sua prole mais numerosa, pois quando temos em conta as descendências de dois filhos, passam a ser as mulheres sempre activas que encerram mais tarde a carreira reprodutiva.

No que concerne ao intervalo entre *o início da conjugalidade e o primeiro nascimento* (quadro 2.25), mais uma vez se verifica de forma clara o efeito do percurso escolar, na medida em que quanto mais escolarizadas são as mulheres, mais tempo passa o casal antes da vinda da criança: o intervalo médio é de 2,1 anos para as mulheres sem escolaridade, 2,2 para as que têm o ensino primário, 2,3 para as que têm o preparatório/básico, 2,8 para as do secundário, 2,9 para as que têm o curso médio e 3,2 para as licenciadas. Ora as inquiridas que têm até 9 anos de ensino transitaram rapidamente para uma vida conjugal com filhos: ao fim de 2 anos de união, cerca de 7 em 10 já tinham pelo menos uma criança. Em contrapartida, a partir do secundário é menor a pressão para “completar” o casal através da vinda do primeiro filho¹⁰⁹. Neste nível de escolaridade e no seguinte, a distribuição pelos vários intervalos passa a ser mais uniforme, embora as inquiridas estejam sub-representadas no primeiro intervalo e sobre-representadas no último. Por fim, as mais escolarizadas adiaram de modo significativo a entrada na maternidade: apenas 20% teve o primeiro filho no primeiro ano de vida em casal e 37% teve 4 e mais anos depois (é o intervalo mais frequente). Pensamos que para elas, ao contrário do que sucede para as menos escolarizadas, há uma maior valorização da conjugalidade em si mesma, pelo que é legítimo e desejável viver algum tempo em casal sem que a vinda da criança seja imperativa.

Quanto à classe social, os perfis mais contrastantes são o das empresárias e intelectuais – que tendem a viver mais tempo em conjugalidade sem filhos (3,2 anos, em média) – e o das camponesas, que aproximam as duas transições (1,9 anos). Mas todas as inquiridas pouco qualificadas tendem a aproximar os acontecimentos, enquanto que as profissionais técnicas e, de algum modo, também as executantes, procuram espaçá-los mais. As pequenas patroas têm um perfil intermédio e semelhante ao da amostra.

Se é ao fim de pouco tempo de vida conjugal que nasce a primeira criança, este tempo consagrado ao casal, que é em média de 2,4 anos, não é indiferente à trajectória

¹⁰⁹ Como comentámos mais atrás, numa questão do Inquérito FPC acerca das finalidades da conjugalidade nos primeiros tempos da vida em casal, 94% das inquiridas afirmaram que, nessa altura, era **realmente fundamental «ter filhos»**. O impacto da escolaridade é claro. Apesar dessa finalidade ser transversal, o seu peso diminui à medida que aumenta o percurso escolar: passa de 99% nas mulheres sem escolaridade, para 80% nas mais escolarizadas. Ver Aboim (2005a).

feminina: sobe para 2,5 no caso das inquiridas que sempre trabalharam; desce para 2,3 nas situações em que trabalharam em algum momento; e desce ainda mais, para 2,2 anos, no caso das inactivas. Esta ligeira oscilação não dispensa, mesmo assim, alguns comentários. Embora seja antes de completar 2 anos de conjugalidade que tende a ocorrer a transição para a vida familiar com filhos, as inquiridas muito integradas no mercado de trabalho têm um perfil menos concentrado, já que praticamente 4 em 10 também passaram 3 ou mais anos sem crianças.

Quadro 2.25 – Intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Intervalo entre o início da conjugalidade e o 1º nascimento					média
	0-1 ano	2 anos	3 anos	4 e +	Total	
Escolaridade da inquirida	CC=,176; Sig.=,000					S=,000; ES=,023
Sem escolaridade	42,7	29,3	14,7	13,3	100	2,12
Ensino primário	43,9	26,8	13,2	16,1	100	2,15
Ensino preparatório/básico	40,0	26,6	15,9	17,6	100	2,30
Ensino secundário	29,2	27,1	18,2	25,5	100	2,79
Curso médio/lic. incompleta	26,0	26,0	19,8	28,1	100	2,89
Licenciatura ou grau superior	20,4	26,9	16,1	36,6	100	3,19
Classe Social da inquirida	CC=,213; Sig.=,000					S=,000; ES=,031
ED e PIC	22,0	28,0	16,1	33,9	100	3,14
PTEI	25,4	25,4	27,0	22,2	100	2,60
IPP	39,0	27,6	15,4	17,9	100	2,29
EE	31,8	32,9	14,8	20,5	100	2,57
ENQ	45,8	21,2	15,3	17,8	100	2,21
OI	47,6	24,2	13,8	14,4	100	2,03
AA	43,6	23,6	14,5	18,2	100	2,15
C	42,0	31,8	13,6	12,5	100	1,94
Trajectória da inquirida	CC=,093; Sig.=,021					S=,194; ES=,002
Sempre com trabalho	35,6	26,2	18,0	20,2	100	2,46
Trabalho em 1 ou 2 momentos	41,1	27,6	12,4	18,9	100	2,29
Sempre sem trabalho	43,5	27,3	11,5	17,7	100	2,24
Todas as famílias	38,6	26,8	15,2	19,3	100	2,37

Apesar de já fazermos uma ideia das diferentes temporalidades da fecundidade a partir dos indicadores até aqui observados, olhar para os *intervalos entre os nascimentos* à luz do contexto social também se revela interessante (quadro 2.26). É, assim, possível auscultar minuciosamente o ritmo da fecundidade – ou seja, o tempo que decorre entre

um nascimento e o seguinte – bem como perceber se a estratégia adoptada (ou o resultado obtido) vai no sentido de aproximá-los ou de espaçá-los.

Quadro 2.26 – Intervalos entre nascimentos, segundo o contexto social (% e média)

Contexto Social	Intervalos entre nascimentos												
	entre o primeiro e o último						média	entre o primeiro e o segundo					média
	0-4	5-9	10-14	15 e +	total	0-1		2-4	5-9	10 e +	total		
Escolaridade	CC=,229; Sig.=,000						S=,000; ES=,050	CC=,142; Sig.=,022					S=,006; ES=,012
Sem escolaridade	14,7	44,1	27,9	13,2	100	8,99	16,2	45,6	30,9	7,4	100	4,09	
Ensino primário	21,4	48,0	23,8	6,8	100	7,82	7,6	36,5	45,3	10,5	100	5,19	
Ensino preparat./básico	31,5	49,2	15,0	4,3	100	6,55	9,5	37,0	44,2	9,3	100	5,15	
Ensino secundário	34,1	52,2	13,0	0,7	100	6,07	7,2	39,1	44,2	9,4	100	5,22	
Curso médio/lic. inc.	45,2	35,6	17,8	1,4	100	6,05	9,6	57,5	27,4	5,5	100	4,27	
Lic. ou grau superior	39,2	52,7	5,4	2,7	100	5,66	9,5	40,5	47,3	2,7	100	4,59	
Classe Social	CC=,179; Sig.=,002						S=,000; ES=,020	CC=,182; Sig.=,002					S=,000; ES=,027
ED e PIC	41,6	45,0	11,4	2,0	100	5,93	8,7	49,0	38,3	4,0	100	4,51	
PTEI	33,3	45,8	14,6	6,3	100	6,46	14,6	35,4	41,7	8,3	100	4,92	
IPP	24,8	45,1	23,3	6,8	100	7,53	7,8	39,3	41,7	11,2	100	4,96	
EE	27,0	52,0	19,0	2,0	100	6,71	5,2	33,9	50,0	10,9	100	5,48	
ENQ	25,1	50,3	20,3	4,3	100	7,20	9,6	35,3	44,4	10,7	100	5,34	
OI	23,4	50,0	18,6	7,9	100	7,61	7,1	36,4	47,5	9,0	100	5,31	
AA	39,5	37,2	16,3	7,0	100	6,53	14,0	48,8	30,2	7,0	100	3,88	
C	34,5	40,2	20,7	4,6	100	6,92	14,9	52,9	25,3	6,9	100	3,91	
Trajectória	CC=,131; Sig.=,001						S=,000; ES=,016	CC=,058; Sig.=,606					S=,154; ES=,003
Sempre com trabalho	30,4	48,9	17,3	3,4	100	6,67	8,6	37,9	44,1	9,3	100	5,09	
Trabalho em 1/2 mom.	25,2	49,2	20,1	5,5	100	7,32	8,3	38,4	43,7	9,6	100	5,12	
Sempre sem trabalho	25,0	42,0	21,6	11,4	100	8,13	11,4	43,2	38,1	7,4	100	4,64	
Todas as famílias	27,7	48,2	18,9	5,2	100	7,10	8,8	38,7	43,3	9,2	100	5,04	

No que respeita ao *intervalo entre o primeiro e o último filho*, o que se verifica é que quanto mais escolarizada é a mulher, mais curto é o intervalo, i.e., mais próximos são os dois nascimentos. Assim, o intervalo médio é de 9 anos no caso das inquiridas sem escolaridade, 7,8 nas que têm o ensino primário, 6,6 anos no caso das que têm o preparatório/básico, 6,1 anos nas que têm o secundário e o curso médio e 5,7 para as mais escolarizadas. As inquiridas menos escolarizadas (que são as que têm mais filhos) passam, de facto, mais tempo do seu período fértil ocupadas com os nascimentos: para

31% das que têm o ensino primário e 41% das que não têm qualquer grau, o último filho nasceu 10 e mais anos depois do primeiro. Mais, tendem a deslocar o intervalo dos primeiros 9 anos para os 5-14 anos.

No entanto, embora seja necessário ter em linha de conta a dimensão da descendência quando equacionamos este intervalo, este factor por si só não é determinante, pois, apesar das inquiridas com o ensino superior terem em média uma descendência mais numerosa do que as do preparatório/básico e do secundário, a distância que separa o primeiro nascimento do último é mais curta, ou seja, passam menos tempo do seu período fértil absorvidas pelas questões da fecundidade.

Quando temos em atenção o *intervalo entre dois nascimentos* seguidos, nomeadamente entre o primeiro e o segundo (quadro 2.26), verificamos que os perfis que mais se destacam da amostra são os das mulheres sem escolaridade e com o curso médio. Efectivamente, enquanto que a maioria das inquiridas tem o segundo filho 5 a 9 anos depois do primeiro, aquelas têm um pouco antes, i.e., 2 a 4 anos depois. As inquiridas sem escolaridade estão ainda sobrerrepresentadas no primeiro intervalo (praticamente o dobro em relação à amostra). Este facto reflecte-se no intervalo médio entre o primeiro e o segundo filho, que é assim mais baixo para estas mulheres: 4,1 e 4,3 anos respectivamente. A semelhança dos perfis daquelas inquiridas com percursos escolares distintos leva a equacionar se não resultará de duas situações antagónicas: uma que reflecte a concentração deliberada dos nascimentos, espaçando-os o menos possível; outra que traduz alguma dificuldade a nível do planeamento familiar¹¹⁰.

A classe social revela que quem tem as carreiras reprodutivas mais longas são as pequenas patroas (7,5 anos, em média), as operárias (7,6 anos) e as empregadas não qualificadas (7,2), o que parece dever-se ao intervalo longo com que tendem a separar os nascimentos, nomeadamente o primeiro e o segundo (entre 5,3 e 5,5 anos). Já as empresárias e as intelectuais, são as que têm as carreiras reprodutivas mais curtas (6,0 anos em média). Mas, quando temos em conta o intervalo entre o primeiro nascimento e o segundo, quem tem os filhos mais “rasteirinhos” são as assalariadas agrícolas e as camponesas, pois estão sobrerrepresentadas nos intervalos 0-1 e 2-4 anos.

¹¹⁰ Se tivermos em atenção apenas os intervalos entre o primeiro e o segundo nascimento inferiores a 5 anos, verificamos que o planeamento do segundo aumenta linearmente com o percurso escolar, de tal modo que apenas 41% das mulheres sem escolaridade planeou esse nascimento, contra 59% das mulheres com um curso médio. Apesar da tendência clara, quem de facto se destaca são as inquiridas com mais capitais escolares, já que 70% planeou o segundo nascimento nessas circunstâncias.

Se olharmos para a trajetória verificamos que, quanto mais ausente está a mulher do mercado de trabalho, mais tempo destina à procriação. Com efeito, o intervalo entre o primeiro nascimento e o último é, em média, de 6,7 anos para as inquiridas que sempre trabalharam, de 7,3 anos para as que o fizeram em um ou dois momentos e de 8,1 para as que nunca o fizeram. As últimas estão, de facto, sobrerrepresentadas nos intervalos longos, o que se deve, certamente, à dimensão da descendência, que é, maior no caso delas (2,4 filhos). De facto, quando olhamos para a distância que separa o *primeiro nascimento do seguinte* ficamos com uma perspectiva quase inversa. Apesar do cruzamento não se revelar estatisticamente significativo podemos mesmo assim referir que, neste caso, as mulheres que nunca trabalharam espaçam menos estes nascimentos: estão sobrerrepresentadas nos primeiros dois intervalos, ou seja, mais de metade tem o segundo filho até 4 anos depois do primeiro e 4,6 anos é o tempo médio que dista os nascimentos. Quanto às inquiridas que estiveram sempre ou em algum momento no mercado de trabalho, elas detêm um perfil-padrão: o intervalo-modal é de 5-9 anos e o intervalo médio é de 5,1, o que leva a equacionar se será a necessidade de não acumular os custos ligados à guarda dos filhos nos primeiros anos que as levará, ao contrário das outras, a dilatar o intervalo entre estes nascimentos.

1.6. O impacto do tempo social: a coorte de entrada na maternidade

O tempo social marcou, indiscutivelmente, a fecundidade portuguesa ao longo da segunda metade do século XX. Dos anos 60 aos nossos dias ocorreram mudanças decisivas a nível das práticas procriativas – possíveis graças à difusão de novos métodos anticoncepcionais –, mas também a nível das representações – com a crescente polarização do ideal normativo dos dois filhos – e que conduziram à drástica redução do índice sintético de fecundidade: de 3,1 para 1,5 ou 1,4 filhos. Trata-se, como vimos, de um cenário que se inscreve numa tendência europeia, que se fez sentir mais cedo nos países da Europa do Norte e Central, em meados dos anos 60, e só depois no Sul, a partir dos anos 70. O atraso destes países foi, então, largamente compensado pela rapidez da queda, de tal maneira que na viragem para a década de 90 já tinham os mais baixos índices de fecundidade, em especial a Itália, a Espanha e a Grécia.

Ora, no inquérito FPC, as mulheres tiveram o primeiro filho em tempos sociais distintos: a maioria (cerca de 6 em 10) foi mãe nos anos 80; quanto às restantes, esse acontecimento ocorreu na década de 70, ou já no decurso dos anos 90 (ver quadro 1.12

da Parte I). Trata-se, portanto, de cenários bem diversos da história portuguesa recente, aqueles em que estas mulheres fizeram a transição para a maternidade (Barreto, 2000), pelo que é de todo pertinente olhar para a fecundidade – não só enquanto arena de práticas mas também de aspirações, representações e tensões – a partir das coortes de entrada na maternidade, i.e., das gerações de mulheres que partilharam no mesmo tempo social a experiência daquela transição fundamental. Como esclareceu Attias-Donfut, no quadro das ciências sociais o conceito de geração é polissémico, pelo cunho próprio que lhe é dado pelas diferentes disciplinas. No caso específico da sociologia, “la génération regroupant des personnes situées dans une même zone d’âges, auxquelles les expériences vécues donnent des références sociales et historiques communes qui vont orienter leurs conceptions du monde” (1995, p.43).

Mas antes de analisarmos os traços da fecundidade à luz da coorte, de modo a dar conta das mudanças operadas nas últimas décadas a nível das representações, das aspirações e das práticas procriativas das mulheres portuguesas, há que fazer uma chamada de atenção: alguns indicadores das práticas (como a *descendência actual*, a *idade ao nascimento dos filhos* e o *intervalo entre o primeiro e o último nascimento*), quando cruzados com a coorte, são enviesados pelas características da amostra ou pelo momento do ciclo de vida familiar. Os resultados têm, portanto, de ser lidos e interpretados com as devidas cautelas e retendo apenas as grandes tendências.

1.6.1. Os projectos, os ideais e as descendências

Quando olhamos para os *projectos iniciais* das inquiridas tendo em conta a data em que entraram na maternidade, verificamos que o desejo de ter filhos é muito constante ao longo do tempo: oscila entre 93 e 96%. Isto significa que não se denota uma tendência no sentido de conceber uma trajectória pessoal à margem da criança, como poderia levar a supor o aumento, nas últimas décadas, da escolaridade e da participação das mulheres no mercado de trabalho. Poucas foram as inquiridas que equacionaram esta hipótese, tanto nos anos 70 como nos anos 90 (quadro 2.27).

A única mudança significativa registada àquele nível prende-se com a maior ou menor definição dos projectos de fecundidade. Das inquiridas que entraram na maternidade no início dos anos 70, apenas 3 em 10 definiram à partida a dimensão da descendência, enquanto que praticamente dois terços não sabiam quantos filhos queria ter. A inversão deste panorama ocorreu logo na segunda metade dos anos 70, o que não

deve ser alheio ao impacto do 25 de Abril na vida das famílias e das mulheres portuguesas (Almeida e Wall, 2001), pois foi a partir de então que, com mais frequência, as inquiridas passaram a decidir precocemente as suas descendências. As alterações neste domínio vão, assim, mais no sentido da programação da carreira reprodutiva do que, propriamente, da recusa ou do questionamento do papel parental, embora pese o facto de estarmos perante uma amostra de mulheres com filhos.

Quadro 2.27 – Projecto inicial, segundo a coorte (%)

Coorte	Projecto inicial				Total
	“Queria ter filhos e sabia quantos”	“Queria ter filhos, mas não sabia quantos”	“Não sabia se queria ter filhos”	“Não queria ter filhos”	
Até 1974	30,1	63,0	5,5	1,4	100
1975-1979	56,1	39,7	3,1	1,0	100
1980-1984	56,9	39,0	2,7	1,4	100
1985-1989	59,9	36,4	2,6	1,1	100
A partir de 1990	58,7	35,7	3,3	2,2	100
Todas as famílias	56,8	38,8	3,0	1,4	100

CC=,123; Sig=,007

Outro resultado interessante é que quando as inquiridas tinham de antemão um projecto definido (57% da amostra), este também não variava muito. Por outras palavras, em termos de descendência média, aquelas que tiveram o primeiro filho há mais tempo não pensavam forçosamente constituir uma família mais numerosa (quadro 2.28). O *ideal inicial* oscila, assim, entre 2,39 filhos em 1975-79 e 2,09 em 1985-89.

Quadro 2.28 – Ideal inicial, segundo a coorte (%)

Coorte	Ideal inicial					Média
	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e + filhos	Total	
Até 1974	4,5	72,7	18,2	4,5	100	2,23
1975-1979	9,9	61,5	18,0	10,6	100	2,39
1980-1984	11,9	72,0	10,9	5,1	100	2,13
1985-1989	16,2	68,2	10,0	5,6	100	2,09
A partir de 1990	17,5	63,7	12,7	6,1	100	2,14
Todas as famílias	14,0	67,4	12,3	6,3	100	2,16

CC=,146; Sig=,039

Desejar uma descendência de dois filhos é, portanto, uma “norma” já com alguma sedimentação na sociedade portuguesa. Mas quando se analisa este indicador em pormenor deparamo-nos com o peso crescente dos projectos de filho único. Estes só representavam 5% dos ideais iniciais no início dos anos 70, enquanto que duas décadas depois representam 18%. Por conseguinte, a descendência-média inicial de dois filhos resultava, até 74, de uma grande concentração em torno do ideal de dois filhos (73%), enquanto que nos anos 90 passa a resultar de uma maior diversidade de cenários procriativos.

Em relação ao *ideal abstracto*, apesar de se tratar de um indicador com alguma estabilidade – pois remete para o valor social da criança num dado contexto temporal e cultural – tem vindo a ficar paulatinamente mais contido. Era, em média, de 2,58 filhos até 1974, de 2,41 filhos entre 1975 e 1979, de 2,34 entre 1980 e 1984, de 2,28 entre 1985 e 1989 e de 2,27 a partir de 1990. Ora, esta tendência não se deve a mudanças a nível da adesão aos modelos residuais, nomeadamente de um filho e de quatro e mais filhos (embora este último tenha decrescido cerca de 2% entre o início de 70 e 90), mas sim a nível do peso relativo dos ideais abstractos mais frequentes. Com efeito, os modelos de dois e três filhos registam uma evolução em sentido contrário: em igual período, o primeiro passou de 44 para 72% e o segundo de 48 para 22% (quadro 2.29). Parte-se assim de uma situação anterior a 1975, em que as representações acerca do ideal abstracto de família assentavam, equilibradamente, em descendências de dois e três filhos (inclusivamente o ideal de três filhos era um pouco mais frequente), para uma situação, a partir dos anos 80, claramente convergente para o modelo dos dois filhos.

Quadro 2.29 – Ideal abstracto, segundo a coorte (%)

Coorte	Ideal abstracto					Média
	0-1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e + filhos	Total	
Até 1974	1,4	43,7	47,9	7,0	100	2,58
1975-1979	1,4	56,2	36,3	6,0	100	2,41
1980-1984	1,6	64,9	27,8	5,7	100	2,34
1985-1989	2,6	67,1	25,5	4,7	100	2,28
A partir de 1990	1,4	71,8	22,1	4,6	100	2,27
Todas as famílias	1,9	64,7	28,2	5,3	100	2,33

CC=,146; Sig.=,000

Se os projectos e os ideais não deixam dúvidas quanto às mudanças graduais no sentido duma maior especificação e restrição da fecundidade, em relação às descendências é preciso ter em conta os enviesamentos produzidos pela amostra e pela etapa do ciclo de vida: as descendências de filho único só são possíveis a partir de 1983 devido ao critério da idade dos filhos (pelo menos um entre os 6 e os 16 anos); por outro lado, as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90 só têm filhos até aos 9 anos e a possibilidade de terem uma descendência numerosa é francamente menor, já que esta se associa a carreiras reprodutivas longas: das inquiridas que entraram na maternidade há menos de 10 anos, apenas 18% teve mais de 2 filhos, contra 65% das que entraram na maternidade há mais tempo. Para minorar estes efeitos optámos por ter em conta apenas as situações em que as inquiridas, pelo menos a nível das intenções, deram por encerrada a carreira reprodutiva (91% da amostra)¹¹¹ e por não considerar as coortes mais problemáticas.

Quadro 2.30 – Descendência actual*, segundo a coorte (%)

Coorte	Descendência actual					Média
	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 e + filhos	Total	
Até 1974	(-)	(28,8)	(42,5)	(28,8)	(100)	(3,19)
1975-1979	(-)	(50,7)	(32,9)	(16,4)	(100)	(2,79)
1980-1984	11,8	64,8	17,2	6,2	100	2,19
1985-1989	28,7	59,8	9,3	2,2	100	1,86
A partir de 1990	39,9	51,7	6,8	1,5	100	1,70
Todas as famílias	18,9	57,0	17,0	7,1	100	2,16

CC=,447; Sig.=,000

* Quando não quer ter mais filhos (N=1614)

Olhando rapidamente para a evolução das descendências (quadro 2.30), a partir dos anos 80 regista-se o peso crescente do filho único. Logo na segunda metade dessa década ter apenas um filho passa a ser mais frequente do que ter três; e nos anos 90, 4 em 10 mulheres têm aquela descendência¹¹². Apesar das reservas, estes dados retratam a queda acentuada da fecundidade na sociedade portuguesa, que passou, então, de 2,8

¹¹¹ Como é óbvio, as inquiridas que entraram recentemente na maternidade expressaram mais vezes o desejo de aumentar a descendência: 24% das que tiveram o primeiro filho nos anos 90 contra 8% na amostra.

¹¹² No entanto, mesmo tratando-se de mulheres que não querem ter mais filhos, são elas que têm mais probabilidades de alterar os seus projectos neste domínio.

filhos em 1970 para 1,4 em meados de 90 (Barreto e Preto, 2000). Como é óbvio, o facto da descendência média das inquiridas ser invariavelmente superior ao ISF deve-se à amostra ser constituída, não pelas mulheres em idade fértil, mas por mulheres-mães.

1.6.2. As tensões entre os ideais e as descendências

O momento histórico da entrada na maternidade tem impactos diferentes a nível dos desfasamentos entre os ideais e as descendências. Quando se compara os *objectivos iniciais no campo da fecundidade com o número de filhos tidos*, destaca-se de imediato o movimento diametralmente oposto das tensões “por defeito” e “por excesso”, de tal modo que podemos afirmar que a primeira tem ganho terreno à custa do retraimento da segunda (quadro 2.31).

Das inquiridas que foram mães no início de 70, apenas 9% não conseguiram atingir o número de filhos inicialmente equacionado, enquanto que 46% ultrapassaram esse objectivo. Já no que respeita às mulheres que entraram na maternidade na década de 90, 31% ficaram aquém e 7% foram além dos seus primeiros planos. O início dos anos 80 marca, então, o momento de viragem desta tendência: regista-se não só um certo equilíbrio entre as duas tensões, como é então que se verifica a maior aproximação da descendência ao ideal inicial (a ausência de tensão é de 66%). Antes dessa data, a concretização dos objectivos é francamente reduzida e a tensão “por excesso” muito mais frequente que a “por defeito”; depois dessa data, a ausência de tensão passa a ser ligeiramente menor e a tensão “por defeito” supera em larga medida a “por excesso”.

Quadro 2.31 – Tensão entre ideal inicial e descendência actual*, segundo a coorte (%)

Coorte	Tensão entre ideal inicial e descendência actual			Total
	Ausência de tensão	Tensão por defeito	Tensão por excesso	
Até 1974	45,5	9,1	45,5	100
1975-1979	50,9	12,6	36,5	100
1980-1984	65,5	16,7	17,8	100
1985-1989	61,6	25,9	12,5	100
A partir de 1990	61,4	31,3	7,2	100
Todas as famílias	60,6	21,4	18,0	100

CC=,282; Sig=,000

* Quando não quer ter mais filhos (N=931)

A mesma tendência evolutiva se regista a nível do desfasamento entre *o ideal abstracto e a descendência*, onde o impacto do tempo é ainda maior (quadro 2.32). Apesar do modelo abstracto contemplar uma descendência um pouco mais numerosa para as inquiridas que entraram na maternidade até 1974, o cenário de desfasamento mais frequente neste caso não deixa de ser o da tensão “por excesso”: mais de metade destas mulheres tem, então, uma descendência mais elevada. Por conseguinte, são poucas as que estão sujeitas à tensão “por defeito” (cerca de 2 em 10), bem como as que não estão sujeitas a qualquer tipo de tensão (pouco mais de um quarto). As inquiridas que tiveram o primeiro filho na segunda metade dos anos 70 registam já um perfil diferente. Não no que respeita à tensão “por defeito”, que se mantém baixa por comparação com a amostra, mas no nivelamento da tensão “por excesso” e da ausência de tensão. Por relação às inquiridas que entraram antes na maternidade, estas reproduzem mais frequentemente o ideal abstracto e superam-no menos vezes (estão, todavia, sobrerrepresentadas na amostra). O início de 80 constitui, também aqui, um ponto de viragem. É neste período que a ausência de tensão atinge os valores mais elevados (já que mais de metade das inquiridas reproduz na descendência o seu ideal abstracto), que a tensão “por defeito” começa a ganhar terreno e que a tensão “por excesso” tem o maior decréscimo. Posteriormente, a ausência de tensão volta a recuar e os outros dois cenários mantêm as respectivas tendências. De tal modo que o perfil das inquiridas que só foram mães nos anos 90 se caracteriza, antes de mais, pela forte presença da tensão “por defeito”. Isto significa que, mesmo tendo um modelo de descendência mais contido (em média, 2,27 filhos), apenas 4 em 10 o atinge, mais de metade fica aquém e poucas têm uma descendência mais numerosa (8%).

Quadro 2.32 – Tensões entre ideal abstracto e descendência actual*, segundo a coorte (%)

Coorte	Tensão entre ideal abstracto e descend. actual			Total
	Ausência de tensão	Tensão por defeito	Tensão por excesso	
Até 1974	26,8	19,7	53,5	100
1975-1979	40,5	21,5	38,0	100
1980-1984	52,3	31,8	15,9	100
1985-1989	45,0	44,6	10,3	100
A partir de 1990	39,0	53,1	7,9	100
Todas as famílias	44,6	36,8	18,5	100

CC=,341; Sig.=,000

* Quando não quer ter mais filhos (N=1566)

Estas transformações introduzidas pelo tempo social a nível da descendência remetem, então, para a cada vez mais apertada vigilância contraceptiva por parte das famílias.

1.6.3. O planeamento dos nascimentos

Se é no domínio das práticas procriativas, mais do que das representações, que se registam as mudanças mais incisivas, o planeamento não foge a esta tendência (quadro 2.33). Se olharmos para o planeamento do *último nascimento*, verificamos que a maioria das inquiridas que entrou na maternidade antes de 1975 teve o filho mais novo no resultado de uma gravidez não planeada (68%); e se é logo com a coorte de mulheres que foram mães depois do 25 de Abril que se verifica o maior avanço no sentido do planeamento desse nascimento, é só nos anos 80 que aquele passa a ser realmente mais planeado do que “acidental”. Mesmo em relação ao primeiro nascimento – onde o impacto das variáveis sociais é menor, já que é transversalmente planeado – se constata a tendência no sentido do controlo crescente da fecundidade: das inquiridas que foram mães no início da década de 70, praticamente metade não planeou o primeiro nascimento.

Quadro 2.33 – Planeamento do primeiro e do último nascimento, segundo a coorte (%)

Coorte	Planeamento dos nascimentos					
	Primeiro			Último*		
	Planeado	Não plan.	Total	Planeado	Não plan.	Total
Até 1974	53,4	46,6	100	31,9	68,1	100
1975-1979	66,0	34,0	100	48,9	51,1	100
1980-1984	68,6	31,4	100	52,4	47,6	100
1985-1989	70,9	29,1	100	56,4	43,6	100
A partir de 1990	71,5	28,5	100	59,7	40,3	100
Todas as famílias	68,8	31,2	100	52,5	47,5	100

CC=,082; Sig=,022

CC=,120; Sig=,001

* Quando não quer ter mais filhos e teve mais do que um nascimento (N=1305)

De facto, as descendências planeadas têm aumentado ininterruptamente ao longo do tempo (quadro 2.34): passaram de 22% nas mulheres que foram mães no início de 70, para 58% nas que foram nos anos 90. É a partir da segunda metade dos anos 80 que passa a haver, então, um planeamento mais efectivo dos nascimentos. Mas quando

temos em linha de conta as *descendências de dois filhos* verificamos que a coorte não tem um impacto significativo. No entanto, é preciso não esquecer que este tipo de descendência tem pesos distintos nas diferentes coortes e que as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 70, nomeadamente no início, tendem a ter descendências mais numerosas: apenas 29% teve 2 filhos.

Quadro 2.34 – Planeamento de todos os nascimentos, segundo a coorte (%)

Coorte	Planeamento de todos os nascimentos					
	Todas as descendências			Descendências de 2 filhos		
	Planeados	Pelo menos 1 não planeado	Total	Planeados	Pelo menos 1 não planeado	Total
Até 1974	22,2	77,8	100	52,6	47,4	100
1975-1979	34,8	65,2	100	54,3	45,7	100
1980-1984	43,2	56,8	100	48,1	51,9	100
1985-1989	53,0	47,0	100	50,3	49,7	100
a partir de 1990	58,1	41,9	100	51,7	48,3	100
Todas as famílias	46,2	53,8	100	50,4	49,6	100

CC=,186; Sig.=000

CC=,042; Sig.=800

* Quando não quer ter mais filhos (N=1596)

1.6.4. O calendário da fecundidade

Se os resultados sustentam as profundas transformações a que a sociedade portuguesa tem assistido a nível da dimensão das descendências e do planeamento dos nascimentos, também fazem luz sobre as mutações que ocorrem na construção da vida familiar, ou seja, no calendário da fecundidade. No entanto, mais uma vez se torna necessário fazer uma leitura prudente dos dados quando atendemos à *abertura e ao encerramento da carreira reprodutiva no âmbito do ciclo de vida pessoal*¹¹³.

Se atendermos às inquiridas que entraram na maternidade a partir dos anos 80 confirmamos que ocorre cada vez mais tarde a entrada da criança na vida da mulher: aos 23,2 anos, em média, para quem foi mãe entre 1980 e 1984; e aos 25,7, para quem o foi a partir de 1990 (quadro 2.35). É na coorte dos anos 90 que esta tendência culmina na inversão, embora ligeira, do pico modal, que passa a ser 25-29 anos. As inquiridas que

tiveram o primeiro filho a partir dos 25 anos estão claramente sobrerrepresentadas na amostra, enquanto que as que o tiveram mais cedo estão sub-representadas.

Quadro 2.35 – Idade no nascimento do primeiro filho, segundo a coorte (% e média)

Coorte	Idade no nascimento do primeiro filho					Total	Média
	Até 19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30 e + anos			
até 1974	(31,5)	(68,5)	(-)	(-)	(100)		(20,42)
1975-1979	(18,1)	(60,8)	(21,2)	(-)	(100)		(22,26)
1980-1984	13,6	54,1	26,6	5,8	100		23,23
1985-1989	7,2	44,6	35,3	12,8	100		24,63
a partir de 1990	5,5	36,6	39,3	18,6	100		25,66
Todas as famílias	11,5	49,3	29,8	9,4	100		23,88

CC=,329; Sig.=,000

S=,000; ES=,114

Em relação ao encerramento da carreira reprodutiva verifica-se exactamente o movimento contrário, que é o de antecipar, se bem que ligeiramente, o nascimento do último filho (quadro 2.36). Do início dos anos 80 ao início dos anos 90 regista-se, então, a tendência para concentrar esse acontecimento na faixa etária dos 25-29 anos (43%).

Quadro 2.36 – Idade no nascimento do último filho*, segundo a coorte (% e média)

Coorte	Idade no nascimento do último filho					Total	Média Todas as desc.	Média Desc. 2 filhos
	Até 24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35e + anos				
até 1974	(-)	(6,8)	(52,1)	(41,1)	(100)		(34,03)	(32,33)
1975-1979	(3,1)	(27,3)	(40,9)	(28,7)	(100)		(31,80)	(30,66)
1980-1984	15,6	36,6	35,8	12,0	100		29,27	28,98
1985-1989	17,7	37,8	31,3	13,2	100		28,87	29,34
a partir de 1990	17,9	42,6	27,8	11,8	100		28,76	29,55
Todas as famílias	13,7	34,9	34,8	16,6	100		29,73	29,52

CC=,292; Sig.=,000

S=,000; ES=,093

S=,000; ES=,029

* Quando não quer ter mais filhos

¹¹³ Para dar apenas um exemplo, as inquiridas que tiveram o primeiro filho em 1974 tinham obrigatoriamente menos de 25 anos pois, se fossem mais velhas, em 1999 (data da inquirição) teriam mais de 49 anos (idade limite).

Quanto ao encerramento precoce da carreira de fecundidade, nomeadamente antes dos 25 anos, tem mantido alguma estabilidade desde o início de 80. Embora pareça estranho à primeira vista, num contexto em que é cada vez mais tardia a vinda do primeiro bebé, resulta do crescente número de descendências de filho único, situação em que o início e o fim da carreira procriativa são, obviamente, coincidentes. De facto, quando observamos as médias etárias em todas as descendências e nas descendências de dois filhos, verificamos que evoluem em sentidos contrários.

Outro indicador interessante, que tem evoluído ao longo das últimas décadas, é o *intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento*, que dá conta do tempo consagrado ao casal antes da vinda da criança (quadro 2.37). Em traços gerais, neste espaço de tempo ocorreu o recuo acentuado do intervalo mais curto (0-1 ano), a par do avanço do intervalo mais longo (4 e mais anos), de tal modo que, nas mulheres que deram à luz na década de 90, um e outro têm pesos semelhantes. Quanto ao intervalo de 2 anos, a sua frequência aumentou até o início dos anos 80, voltando depois a diminuir até atingir o mínimo nos anos 90. Já o intervalo de 3 anos subiu muito lentamente até meados da década de 80 e mais significativamente nos anos 90.

Quadro 2.37 – Intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento, segundo a coorte (% e média)

Coorte	Intervalo entre o início da conjugalidade e o 1º nascimento					Média
	0-1 ano	2 anos	3 anos	4 e +	Total	
até 1974	61,2	23,9	10,4	4,5	100	1,48
1975-1979	48,0	27,6	11,8	12,5	100	1,94
1980-1984	40,7	30,0	13,4	16,0	100	2,24
1985-1989	33,5	29,1	16,1	21,3	100	2,55
a partir de 1990	31,4	18,9	20,3	29,4	100	2,83
Todas as famílias	38,6	26,8	15,2	19,3	100	2,37

CC=,214; Sig=,000

S=,000; ES=,028

No início dos anos 70 decorria então, em regra, muito pouco tempo entre o início da vida a dois e o nascimento do primeiro bebé, i.e., havia uma rápida transição do casal sem filhos para o casal com filhos (em média, 1,5 anos). A grande maioria destes nascimentos (61%) ocorreu, efectivamente, antes de se completarem 2 anos de conjugalidade. Poucas foram as inquiridas que tiveram o primeiro bebé no terceiro ano de vida em casal (10%) e menos ainda espaçaram os acontecimentos para além disso. As mulheres que entraram na maternidade em meados dos anos 70 deixaram decorrer

mais algum tempo entre o início da vida conjugal e a vinda da criança (em média, 1,9 anos). Já foram menos as que passaram rapidamente para uma vida com filhos (é, inclusivamente, onde se regista o maior recuo do intervalo inferior a 2 anos) e 13% espaçaram mesmo os dois acontecimentos em 4 e mais anos. A tendência mantém-se para as mulheres que foram mães nos anos 80 mas, para aquelas que o foram nos anos 90, o perfil revela contornos singulares, na medida em que é marcante o adiamento da vinda do primeiro filho: decrescem os intervalos de 0-1 e de 2 anos e aumentam os de 3 e de 4 ou mais anos. Praticamente 3 mulheres em 10 espaçaram, assim, o início da vida a dois e o nascimento do bebé em 4 e mais anos (2,8 anos, em média).

Quanto ao *intervalo entre os nascimentos do primeiro e do segundo filho*¹¹⁴, é cada vez mais curto o tempo em que as mulheres estão ocupadas com gravidezes, partos e cuidados às crianças pequenas (quadro 2.38). Este intervalo era espaçado, em média, em 6,1 anos por parte das inquiridas que entraram na maternidade no início da década de 70, em 4,9 por parte das que foram mães no início de 80 e em 4,1, por parte daquelas que o foram em 90. Mas, o que se verifica concretamente é uma deslocação de um padrão de intervalo intergenésico distribuído ao longo do tempo, para um padrão mais concentrado entre 2 e 9 anos. Esta evolução deve-se, em grande medida, ao decréscimo acentuado do intervalo muito longo, de 10 e mais anos, que passou de 26% no início dos anos 70 para 7% na segunda metade de 80¹¹⁵. Assim, para as inquiridas que entraram na maternidade antes de 1975 o nascimento do segundo filho ocorre de forma difusa, com um pico modal nos 2-4 anos (37%). Nas mulheres que foram mães em 75-79 observa-se uma concentração no intervalo 5-9 anos (quase metade dos casos), à custa do recuo quer do intervalo de 10 e mais anos, que desce para 14%, quer do de 2-4 anos, que cai para 27%. A partir de 80 passa a ser cada vez mais frequente espaçar os nascimentos de 2 a 4 anos, de tal modo que, na década de 90, um pouco mais de metade dos segundos nascimentos ocorre neste intervalo.

¹¹⁴ Os efeitos dos critérios da amostra e da etapa do ciclo de vida familiar não permite fazer uma leitura segura do intervalo entre o primeiro e o último filho.

¹¹⁵ Como é óbvio, as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90 não podem estar representadas no intervalo de 10 e mais anos

Quadro 2.38 – Intervalo entre o primeiro e o segundo nascimento, segundo a coorte (% e média)

Coorte	Intervalo entre o primeiro e o segundo nascimento					Média
	0-1	2-4	5-9	10 e +	Total	
até 1974	9,6	37,0	27,4	26,0	100	6,05
1975-1979	10,4	26,7	48,6	14,2	100	5,77
1980-1984	8,8	39,3	43,1	8,8	100	4,93
1985-1989	8,1	41,5	43,6	6,8	100	4,85
a partir de 1990	7,4	51,7	40,9	—	100	4,14
Todas as famílias	8,8	38,7	43,3	9,2	100	5,04

CC=,230; Sig.=,000

S=,000; ES=,033

Curiosamente, o que mantém uma certa estabilidade é, então, o intervalo mais curto, i.e., inferior a 2 anos, que oscila entre 10%, no caso das mulheres que foram mães na segunda metade de 70, e 7%, no caso das que o foram nos anos 90. Esta regularidade prende-se ao facto daquele intervalo resultar frequentemente de uma gravidez “acidental”. Com efeito, se a vinda do segundo filho tende a ser planeada (6 inquiridas em 10 planearam esse nascimento), quando ocorre imediatamente a seguir ao primeiro sucede o contrário, ou seja, três quartos das inquiridas não o planearam. Ora, é interessante perceber que esta margem de “acidentes”, que ocorrem logo após o primeiro nascimento, se mantém relativamente inalterada ao longo do tempo.

1.7. Síntese conclusiva

Quando auscultamos as aspirações, as representações e as práticas procriativas das mulheres portuguesas, a primeira impressão que se retém é que estamos perante um quadro da fecundidade bastante homogéneo, ancorado num conjunto de traços fortes que reúne um consenso mais ou menos generalizado. Mas se há inegavelmente um perfil-padrão com algum peso na sociedade portuguesa contemporânea, um olhar mais atento permite dar conta de outros perfis, se bem que minoritários, que traduzem modos diferentes de conceber e de construir o lugar da criança na família. Os dados do Inquérito FPC são inequívocos a este respeito.

No campo das aspirações, a primeira conclusão a que chegamos vem na linha do que tem sido referido noutros estudos: a contraceção moderna tem vindo a reflectir-se na programação da fecundidade, i.e., nas escolhas a nível da dimensão da descendência e da “agenda” reprodutiva, e não tanto na recusa propriamente dita da procriação

(Almeida, 2004). De facto, quando passamos em revista os **projectos iniciais** das inquiridas verificamos que, antes da entrada na maternidade, poucas foram as que traçaram um projecto de vida à margem da criança. Mas se praticamente todas desejavam ter filhos, importa frisar que esse “desejo” não era uniforme. Algumas (4 em 10), não tinham ideia acerca da dimensão da descendência, apenas sabiam que queriam ter filhos¹¹⁶. A maioria, no entanto, tinha de antemão uma meta definida, meta essa que apontava para a “norma dos dois filhos”. Não obstante este **ideal inicial** ser dominante, havia também quem equacionasse prematuramente ficar pelo filho único ou arriscar para além do segundo.

É a nível das representações que se encontra a maior homogeneidade no domínio da fecundidade. A leitura do **ideal abstracto** leva a concluir, efectivamente, que há uma normatividade cultural forte que configura um modelo de descendência alicerçado em dois filhos. É insignificante o número de mulheres que tem como ideal abstracto uma descendência de filho único e também são poucas as que têm como modelo uma família com mais de três filhos, ao contrário do que acontecia no passado, em que as fratrias numerosas constituíam a condição necessária para o bom funcionamento da vida familiar (Saraceno, 1997). A investigação destas aspirações e representações permite divisar que, logo muito cedo, há um exercício de ajustamento da descendência modelo à descendência “possível”. Este processo ocorre sobretudo através de cedências, i.e., da transformação de ideais abstractos de dois filhos, no máximo três, em ideais iniciais de um ou dois filhos.

Quando chegamos ao campo das práticas procriativas, nomeadamente no que respeita à **descendência actual**, verificamos que a diversidade é, de facto, maior. Por comparação com as metas inicialmente traçadas, há uma ligeira diluição da “norma dos dois filhos”, a par do aumento tanto das descendências mais numerosas como das mais contidas. Este desfasamento entre o que se aspira e o que se concretiza é revelador de que certas dinâmicas ou constrangimentos levam ao reequacionamento para cima e para baixo dos ideais originais. Com efeito, para um número significativo de inquiridas há uma real **tensão entre o ideal inicial e a descendência actual**: 26% estão sujeitas a uma tensão “por defeito”, pois não conseguem realizar o ideal inicial de filhos; e 17%

¹¹⁶ Mesmo esta indecisão não retrata uma única realidade. Em alguns casos corresponde à naturalização da maternidade – ter filhos é um destino que não se questiona. Noutros remete para a vontade de adiar a decisão, que dependerá da primeira experiência ou das condições materiais e relacionais que terão para acolher a vinda de uma ou mais crianças. Numa palavra, dependerá “do correr da vida”, como referiram algumas inquiridas. Sobre as razões dos projectos iniciais ver Cunha (2000).

estão sujeitas a uma tensão “por excesso”, na medida em que vão além daquela meta. Ora, perante estes filhos “a mais” é lícito questionar se não haverá um conjunto de famílias que recorre a práticas contraceptivas pouco eficazes.

Esta interrogação remete, assim, para o **planeamento dos nascimentos**. De modo sumário podemos concluir que coexistem duas atitudes face ao nascimento dos filhos: uma mais planeadora e outra onde o “acidente” marca presença na constituição das descendências. Assim, se para umas mulheres (cerca de metade) trazer um filho ao mundo passa – como referiram Miller (1987) e Saraceno (1997) – por um processo de decisão activa, na medida em que é possível e desejável decidir quantos filhos ter e quando os ter; outras não intervêm tão activamente na sua fecundidade, pelo que têm pelo menos um nascimento não planeado. Mas este resultado pode indiciar situações diversas, que não se excluem necessariamente: a dificuldade, a resistência ou a simples falha no campo da contracepção; a abertura para acolher uma gravidez indesejada e adaptar o projecto familiar a essa realidade¹¹⁷; a vontade de ter alguma margem de imprevisto no cenário reprodutivo, só intervindo quando as metas são atingidas; ou ainda a forma para resolver o conflito entre a razão e o coração, dando espaço para a ocorrência dum “acidente” desejado. Ainda no domínio do planeamento, a ordem dos nascimentos também introduz diferenças assinaláveis: enquanto que o primeiro e o segundo resultam, em grande medida, de decisões activas, o terceiro já é francamente mais “acidental” do que planeado. Assim, a constituição da descendência parece realizar-se em duas etapas: uma, mais *activa*, em que se procura ter um ou dois filhos de modo a responder a um projecto de parentalidade; outra, mais *passiva*, e apenas para quem tem descendências mais numerosas, em que se aceita uma gravidez imprevista.

A leitura do **calendário da fecundidade** também nos devolve uma imagem matizada da constituição das descendências. Se um dos seus traços fortes é a célere abertura da carreira reprodutiva no ciclo de vida pessoal e conjugal – antes de completar 25 anos de idade e ao fim de 2 anos de vida em casal, mais de metade das inquiridas já tinha pelo menos um filho – há também um número expressivo de mulheres que faz mais tarde a transição para a maternidade (4 em 10) e que concede mais tempo à vida a dois antes da vinda dos filhos (um terço). Ora, se é na imagem da criança que está socialmente ancorada a ideia de família (Roussel, 1975; Barthélémy et al., 1986), o que

¹¹⁷ Os dados do IFF apontam neste sentido (INE, 2001).

conduz à sua rápida inclusão na vida familiar, há igualmente quem deseje e procure (ou seja levado a) passar algum tempo sem filhos.

A redução dos nascimentos associada à intervenção da contraceção moderna leva a que a constituição da descendência já não preencha tanto tempo da vida do casal nem do período fértil da mulher. Logo, já não é tão longo o intervalo que separa o primeiro e o último nascimento, pelo que estes filhos têm em regra 5 a 9 anos de diferença (ou mesmo menos). Não obstante, cerca de um quarto das inquiridas tiveram ainda uma história reprodutiva longa, de 10 e mais anos. Mas apesar da tendência geral para encurtar a carreira reprodutiva, um nascimento não tende a suceder prontamente o anterior. De facto, o intervalo que separa dois nascimentos seguidos – o primeiro do segundo e o segundo do terceiro – é, em média, de 5 anos. Regista-se, no entanto, dois perfis distintos: um que concentra esses nascimentos em 2-4 anos; e outro que procura espaçá-los um pouco mais, em 5-9 anos. A resultados idênticos chegaram Almeida et al (1995), a partir de estatísticas nacionais de 1991.

Em síntese, um olhar abrangente sobre as dimensões da fecundidade permite descortinar várias lógicas na construção da vida familiar com filhos. Se não tanto a nível das aspirações e das representações – na medida em que são mais homogéneas, traduzindo alguma normatividade neste domínio –, claramente a nível das práticas: nas cadências e nas temporalidades associadas à entrada dos filhos na vida pessoal e familiar; na vigilância contraceptiva ou na permeabilidade ao “acidente”; na heterogeneidade das descendências; nas tensões entre o que se aspira e concretiza.

Ora, se é a articulação entre aspirações, representações e práticas procriativas das famílias que permite apreender o retrato variado da fecundidade portuguesa contemporânea, assim como as razões que sustentam algumas decisões neste domínio, é o impacto de algumas variáveis que dá conteúdo e sentido a perfis diferenciados.

Antes de mais, uma variável interessante, não obstante as contingências da amostra e do ciclo de vida familiar, é a **coorte de entrada na maternidade**. Em menos de três décadas ocorreu um vasto conjunto de mudanças na direcção duma fecundidade moderna e domesticada: definida, contida, planeada, tardia e concentrada. Com efeito, as mulheres que iniciaram a constituição da descendência em tempos sociais distintos têm perfis de fecundidade inteiramente diferentes. O perfil das inquiridas que tiveram o primeiro filho no *princípio dos anos 70* remete para um quadro com contornos algo tradicionais. A fecundidade desta coorte caracteriza-se pelas aspirações pouco definidas, pela representação de família assente de igual modo em descendências de dois e de três

filhos, pelos nascimentos não planeados, pelas carreiras procriativas precoces e longas, pelas descendências numerosas (três e mais filhos) e pela tensão “por excesso” entre o que se aspira e o que concretiza. A fecundidade da coorte do *início dos anos 80* tem a singularidade de estar fortemente ancorada na “norma dos dois filhos” a nível das aspirações, das representações e das práticas, pelo que são estas mulheres que estão menos sujeitas às tensões entre os ideais e as descendências. O planeamento é já mais eficiente e o calendário ligeiramente mais tardio e concentrado. Quanto às mulheres da coorte dos *anos 90*, o perfil caracteriza-se pelas representações claramente orientadas para os dois filhos, pelos ideais iniciais contidos e pelas descendências muito reduzidas, onde se destaca o filho único. Logo, estão sujeitas a uma forte tensão “por defeito”. Esta coorte caracteriza-se ainda pelos calendários mais tardios e concentrados de todos e pela grande vigilância no planeamento da gravidez.

Ora, é da combinação dos perfis de todas as coortes que resulta, em grande medida, o retrato da fecundidade portuguesa contemporânea. Mas as variáveis que se prendem com os contextos sociais, também se revelaram determinantes na construção do lugar da criança na família. Antes de mais, a **escolaridade feminina** e a **classe social**, variáveis que têm globalmente um impacto muito significativo, pelo que desenham *fecundidades* de contornos muito destoantes quando as temos em conta.

A fecundidade das inquiridas *camponesas* é a que mais se aproxima do perfil tradicional da coorte do início de 70¹¹⁸: o projecto de maternidade era pouco definido (embora nenhuma equacionasse ficar ser filhos) e o ideal inicial, quando existia, era favorável à descendência de dois filhos; o ideal abstracto oscila entre dois e três filhos e o número de filhos é elevado, na medida em que as descendências de três e mais filhos são muito comuns; a tensão “por excesso” marca aqui presença; o “acidente” é recorrente, de tal modo que a maioria teve pelo menos um nascimento não planeado; a vinda do bebé ocorre cedo na vida pessoal e conjugal, os filhos são “rasteirinhos”, mas é longa a carreira reprodutiva. A nível das práticas, as inquiridas *sem escolaridade* têm uma fecundidade afim, mas no que toca às aspirações e às representações há diferenças a assinalar: o ideal abstracto pende claramente para a descendência de dois filhos; e o ideal inicial é ligeiramente mais reduzido, de tal maneira que nenhuma equacionava ter mais de três filhos.

¹¹⁸ Como vimos no quadro 1.13 da sociografia, elas estão ligeiramente sobrerrepresentadas nessa coorte.

As fecundidades das inquiridas com o *ensino primário*, das *operárias industriais* e das *empregadas não qualificadas* são, grosso modo, semelhantes às anteriores, embora os traços que remetem para um padrão mais tradicional estejam mais atenuados. O que mais as diferencia são os projectos iniciais, um pouco mais definidos, e os ideais, que convergem para a “norma dos dois filhos”. Os nascimentos são menos “acidentais”, o que comprova o papel fundamental da escolarização para a aquisição de competências neste domínio, e as descendências são também menos numerosas, embora continuem a pesar as descendências de três e mesmo de quatro e mais filhos. Consequentemente, a tensão “por excesso” está ainda presente, embora de forma menos vincada. Os filhos entram cedo na vida pessoal (está sobrerrepresentada a maternidade na adolescência) e pouco tempo após o início da conjugalidade. Mas, como os filhos já não são tão “rasteirinhos” como no perfil anterior (o intervalo entre o primeiro e o segundo nascimento é, em média, superior ao da amostra), as carreiras reprodutivas também são tendencialmente longas.

As *assalariadas agrícolas* apresentam também uma fecundidade com alguns traços tradicionais, embora diferente das anteriores: projecto inicial pouco definido; ideal abstracto ligeiramente centrado nos três filhos; descendência actual acima da média, onde pesam as descendências de quatro e mais filhos; tensão “por excesso” elevada; falta de planeamento dos nascimentos; filhos “rasteirinhos”, que nascem logo após o início da conjugalidade. O que as singulariza é, então, um ideal inicial muito contido, o mais orientado para a ideia do filho único; a maternidade muito precoce, onde pesa sobremaneira a entrada na maternidade até aos 19 anos; e o rápido encerramento da carreira reprodutiva, culminado em poucos anos de maternidade activa.

A fecundidade das inquiridas com o *ensino preparatório/básico* é muito próximo do da amostra, mas tem algumas características que não podemos deixar de assinalar: estão ligeiramente sobrerrepresentadas no projecto inicial definido; e regista-se a presença significativa de descendências de filho único. No entanto, a sua principal singularidade está no calendário, pois a carreira reprodutiva pauta-se não só pela abertura precoce, como pelo encerramento mais prematuro de todos: grande parte teve o último bebé antes de completar 30 anos.

Também próxima da da amostra, mas com um matiz diferente da anterior, é a fecundidade das *independentes e pequenas patroas*. A sua singularidade reside na ligeira sobrerrepresentação do terceiro filho, tanto a nível dos ideais como da descendência. São mães ligeiramente mais cedo, mas as carreiras reprodutivas são das

mais longas, não só devido à dimensão da descendência como ao espaçamento entre nascimentos, já que são elas que mais vezes têm o segundo filho 10 e mais anos depois do primeiro.

As inquiridas com o *secundário*, as *profissionais técnicas* e as *empregadas executantes* são as que têm a fecundidade mais próxima da da coorte dos anos 90: desenham de antemão os seus projectos mais frequentemente do que as restantes; o ideal abstracto é o que mais se orienta para a “norma dos dois filhos”; e têm as descendências mais contidas de todas, devido ao peso do filho único (no caso das técnicas, da descendência de dois filhos) e da menor presença do terceiro filho. O calendário traduz-se na vinda tendencialmente tardia da criança, quer na vida pessoal quer no tempo conjugal (ligeiramente menos, no caso das executantes) e na carreira reprodutiva relativamente curta. Em regra, os nascimentos são planeados.

No que respeita às práticas, a fecundidade das mulheres mais escolarizadas (*ensino médio* e, principalmente, *superior*) e das *empresárias e cientistas* acentua a actual tendência de domesticação: são elas que entram mais tarde na maternidade, que dão mais tempo ao casal antes da vinda dos filhos, que têm carreiras reprodutivas mais curtas e com menos “acidentes”. No entanto, diferenciam-se das inquiridas com o secundário e da coorte dos anos 90 no que toca à dimensão da descendência actual, pois são as mais centradas na “norma dos dois filhos”, e no que toca às aspirações e às representações: tinham projectos iniciais mais indefinidos; poucas ou mesmo nenhuma (no caso das mais escolarizadas) recusavam à partida a maternidade; e os ideais iniciais e abstractos são muito ambiciosos. O desfasamento entre estes ideais, que contemplam frequentemente mais do que dois filhos, e as descendências médias, conduz ao peso da tensão “por defeito” nas suas carreiras reprodutivas.

Por fim, a leitura da fecundidade à luz da **trajectória da condição da mulher perante o trabalho** também conduz a ilações importantes. A primeira prende-se com o facto da variável não ter impacto nas aspirações e nas representações. Isto significa que o tipo de inserção da mulher no mercado de trabalho não influencia nem os seus cenários procriativos nem o modelo de descendência que têm como ideal. Mas se não tem impacto nos projectos e nos ideais, o mesmo já não acontece a nível das práticas. Assim, a fecundidade das inquiridas que *sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho* caracteriza-se pelo calendário mais tardio e concentrado, pelo planeamento dos nascimentos, pelas descendências contidas e pela maior presença da tensão “por defeito”. Totalmente inverso é a fecundidade das inquiridas que *nunca trabalharam*,

onde se destacam as descendências numerosas, o longo período dedicado à procriação e a incidência de “acidentes”, nomeadamente no que respeita ao último nascimento. Em relação àquelas que *participaram em um ou dois momento no mercado de trabalho* podemos dizer que têm um perfil intermédio, embora com alguma tendência para se aproximar mais da fecundidade das mulheres que nunca trabalharam.

Estes resultados apontam para duas conclusões. A primeira, mais imediata, é que quanto mais inseridas estão as mulheres no mercado de trabalho, mais contidas e reguladas são as descendências e maior a dificuldade para atingirem os objectivos inicialmente equacionados no campo da fecundidade, o que remete para os problemas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, problemas esses que não se colocam às mulheres que estão em casa¹¹⁹. A segunda conclusão, menos previsível, prende-se com o facto das aspirações e das representações das mulheres que nunca trabalharam não as diferenciarem das restantes, na medida em que não traçam metas mais ambiciosas nem têm modelos mais numerosos. Ora, o que isto parece indicar, é que estar fora do mercado de trabalho e dos seus constrangimentos diários parece criar condições propícias a carreiras de fecundidade menos vigilantes e agendadas, i.e., mais contingentes e flexíveis, mesmo no caso das mais escolarizadas.

Em suma, se há, sem dúvida, um perfil-padrão de fecundidade que cruza a paisagem portuguesa, é também inquestionável a existência de lógicas matizadas de conceber e construir o lugar da criança na vida familiar, pelo que é importante reforçar a ideia da diversidade, ou seja, que estamos, afinal, perante várias *fecundidades*.

¹¹⁹ Esta questão será abordada em seguida, no âmbito do capítulo 2.

Capítulo 2

A fecundidade contida: a “construção” e a «razão» da descendência de filho único

Um dado deste inquérito que não pode ser negligenciado é o peso dos filhos únicos: 23% das inquiridas tiveram apenas um filho. Num contexto em que o modelo actual de família se consubstancia, como vimos, na “norma dos dois filhos”, será que as descendências de filho único resultam de uma decisão que pondera os obstáculos que se podem interpor à formação de uma família mais numerosa? Nos anos 80, Miller (1987) identificou alguns factores que estavam por detrás das decisões dos casais acerca do número de filhos que procuravam ter num dado momento: os *valores positivos* associados aos filhos, como as expectativas de afeição, de desempenho de um papel gratificante ou de construção identitária; os *valores negativos ou custos*, como o peso económico e psicológico que os filhos acarretam; as *fontes alternativas de gratificação*, como a profissão ou os lazeres; e, por fim, os *obstáculos* e as *ajudas*, como a precariedade residencial ou o apoio de familiares nos cuidados aos filhos.

E no âmbito da nossa pesquisa, resultará o filho único deste processo de decisão onde pesam sobretudo *custos* e *obstáculos*? Ora, se a maternidade era – como tivemos oportunidade de constatar no capítulo anterior – uma aspiração quase universal, se a esmagadora maioria das inquiridas desejava ter filhos, será que o filho único é um projecto parental “mínimo”, i.e., um projecto parental que seria mais amplo se não fossem os constrangimentos? Não haverá também quem aspire a ter apenas um filho por uma questão de preferência genuína?

Para responder a estas questões vamos, antes de mais, retomar os indicadores da fecundidade, de modo a conhecer o processo (ou processos) de “construção” da descendência de filho único, já que, como sabemos, nem sempre há coincidência entre o que se aspira e o que se concretiza neste domínio. Em seguida, a partir de duas perguntas abertas do inquérito, vamos auscultar as motivações intrínsecas das inquiridas. Vamos, então, conhecer as «razões» que presidem aos projectos inicial e actual de filho único.

2.1. Os tipos de “construção” da descendência de filho único

No momento da inquirição, praticamente um quarto das inquiridas tinha apenas um filho ou uma filha. Mas que projectos estavam a montante? Seriam muito diferentes dos das restantes inquiridas? A primeira resposta é não. Os seus projectos iniciais eram, de facto, semelhantes (quadro 2.39): a maioria queria ter filhos; destas, grande parte tinha uma ideia acerca da dimensão da descendência; e poucas não sabiam se queriam, ou não queriam mesmo, ter filhos. Todavia, o peso destes últimos cenários é ligeiramente superior no caso das inquiridas que têm actualmente um filho único (7% contra 4% na amostra), o que parece indicar que havia, por parte destas mulheres, uma maior disponibilidade para abdicar de um projecto de maternidade.

Quadro 2.39 – Projecto inicial das inquiridas que têm descendências de filho único (N e %)

Projecto inicial	Descendências de filho único		<i>Todas as descend. %</i>
	N	%	
“Querida ter filhos e sabia quantos”	225	54,2	56,8
“Querida ter filhos, mas não sabia quantos”	161	38,8	38,6
“Não sabia se queria ter filhos”	18	4,3	3,0
“Não queria ter filhos”	10	2,4	1,4
NS/NR	1	0,2	0,2
Total	415	100	100

Mas a diferença mais significativa prende-se com o ideal inicial (quadro 2.40). De facto, das inquiridas que tinham à partida um projecto de descendência definido, se bem que a maioria quisesse ter dois filhos (58%), cerca de um terço queria apenas um filho, mais do dobro, em relação à amostra. Todos os outros ideais eram, então, menos frequentes quando comparados com a amostra.

Quadro 2.40 – Ideal inicial das inquiridas que têm descendências de filho único (N e %)

Ideal inicial	Descendências de filho único		<i>Todas as descend. %</i>
	N	%	
1 filho	72	32,0	14,0
2 filhos	131	58,2	67,4
3 filhos	16	7,1	12,3
4 e mais filhos	6	2,7	6,3
Total	225	100	100

Ora, a leitura cruzada daqueles quadros permite perceber que as descendências de filho único se constroem de modos bem diversos (quadro 2.41). Antes de mais, são o resultado de cenários procriativos pouco definidos (43%), em que estava em cogitação a dimensão da descendência ou, menos amiúde, a intenção de ter filhos. Por outro lado, traduzem a “tensão por defeito” em relação a um ideal inicial de dois ou mais filhos (38%). Por outro lado ainda, se bem que residualmente, traduzem a “tensão por excesso” em relação a um projecto de vida à margem da parentalidade (2%). Por fim, apenas em 17% dos casos, traduzem as metas pessoais inicialmente traçadas, já que tinham esse ideal. Ao compararmos com a amostra, constatamos que o que marca particularmente a construção deste tipo de descendência é, sem dúvida, a “tensão por defeito”.

Quadro 2.41 – Tipo de “construção” das descendências de filho único, a partir dos cenários procriativos iniciais – projecto e ideal (N e %)

Tipo de “construção”	Descendências de filho único		<i>Todas as descend.%</i>
	N	%	
Cenário indefinido	179	43,1	41,6
Tensão por defeito	153	36,9	14,6
Ausência de tensão	72	17,3	32,7
Tensão por excesso	10	2,4	10,9
NS/NR	1	0,2	0,2
Total	415	100	100

Mas será que as inquiridas que equacionavam não ter filhos estavam mesmo empenhadas nesse projecto, já que acabaram por tê-los? Um indicador que ajuda a compreender se ocorreu ou não alguma mudança a nível do projecto inicial prende-se com o planeamento dos nascimentos. Ora, se se tratasse de uma decisão firme, o mais provável seria elas terem sido mães na sequência de uma gravidez não planeada, o que, efectivamente, não aconteceu (quadro 2.42). Como podemos observar, das 10 inquiridas que não queriam ter filhos, 9 planearam a gravidez, apontando para uma alteração dos seus projectos iniciais. Aliás, independentemente do tipo de “construção” da descendência de filho único, este é amplamente planeado. Quando temos em conta o nascimento do primeiro filho no total da amostra, verificamos que este é, em regra, mais planeado naquelas descendências.

Quadro 2.42 – Planeamento do primeiro nascimento actual, segundo o modo de “construção” das descendências de filho único (%)

Tipo de “construção”	Planeado	Não planeado	Total
Cenário indefinido	72,3	27,7	100
Tensão por defeito	74,3	25,7	100
Ausência de tensão	80,3	19,7	100
Tensão por excesso	90,0	10,0	100
Descendências filho único	74,9	25,1	100
<i>Todas as descendências</i>	<i>68,8</i>	<i>31,2</i>	<i>100</i>

CC=,085; Sig.=,398

E quais são os projectos actuais destas inquiridas? Será que ainda pretendem ter mais filhos – já que havia quem idealizasse descendências maiores – ou vão ficar pelo filho único? Ora, se há de facto quem pretenda ter pelo menos mais um bebé, ou ainda tenha dúvidas a esse respeito, a grande maioria das mães de filho único já deu por encerrada a carreira reprodutiva (quadro 2.43). Sem dúvida que o processo de “construção” da descendência influencia o projecto actual, já que aquelas que queriam inicialmente ter dois ou mais filhos são as que estão mais empenhadas em aumentar a descendência (30%), enquanto que aquelas que não queriam ter filhos ou que tinham o ideal inicial de filho único são as que pendem mais para o encerramento da carreira reprodutiva (90 a 92%).

Quadro 2.43 – Projecto actual, segundo o modo de “construção” das descendências de filho único (%)

Tipo de “construção”	Projecto actual			Total
	Não quer ter mais filhos	Quer ter mais filhos	Não sabe se quer ter mais	
Cenário indefinido	69,3	24,6	6,1	100
Tensão por defeito	68,6	30,1	1,3	100
Ausência de tensão	91,7	8,3	-	100
Tensão por excesso	90,0	-	10,0	100
Todas	73,4	23,2	3,4	100

CC=,246; Sig.=,000

Mas o mais interessante neste quadro é o que ele revela, à semelhança do anterior, acerca da consistência das decisões no domínio procriativo, pois constatamos

que das inquiridas que só queriam ter um filho, 8% pretendem agora ter pelo menos mais um, enquanto que das que tinham um ideal inicial superior, 69% dizem que já não querem ter mais filhos. Os reajustamentos neste campo – pelo menos no que toca às descendências de filho único – fazem-se, assim, mais no sentido da “contenção” dos ideais do que da ampliação. A resultados idênticos chegaram Westoff e Ryder, a partir do estudo longitudinal dos anos 70, por nós já referido, onde concluíram que ao longo do ciclo de vida familiar as decisões num sentido e noutro podem mudar, embora o número de filhos acabe por se fixar mais vezes “por baixo” do que “por cima” (em Miller, 1987).

Infelizmente, não temos possibilidade de saber o que é que leva as inquiridas a alterarem ou não os seus primeiros projectos, mas podemos conhecer as motivações que, em dado momento, presidem à decisão de ter apenas um filho. Concretizando, podemos saber o que é que as levava a equacionarem o filho único numa fase inicial e o que é que, actualmente, as afasta de arriscarem outro filho. Vamos, então, passar às «razões» das inquiridas.

2.2. As «razões» do ideal inicial de filho único (análise de uma pergunta aberta)

São diversas as razões que as inquiridas mencionam para terem equacionado a possibilidade de ficarem pelo filho único (quadro 2.44). No topo da lista surgem vários tipos de constrangimentos: os *constrangimentos materiais*, evocados por quase dois terços das inquiridas, que se prendem, antes de mais, às dificuldades económicas, mas também aos problemas de alojamento, ao desemprego, ou à insegurança em relação ao futuro; os *constrangimentos com os filhos* (26%), que dizem respeito, em primeiro lugar, ao esforço na sua mobilidade social, mas também à ansiedade com o seu crescimento e eventuais problemas de saúde; e, por fim, os *constrangimentos pessoais ou da relação conjugal* (11%), como a idade avançada, a falta de saúde, os problemas do casal ou, pelo contrário, a dedicação ao cônjuge (que tira “espaço” a um projecto mais ambicioso). Outra razão para ter apenas um filho prende-se à ideia de *equilíbrio numérico*, a necessidade de equacionar a descendência adequada para garantir o bem-estar da família (14%). De facto, trata-se de um balanço entre custos e benefícios de determinada descendência, que as inquiridas traduzem em número de filhos “certo”, “adequado”, “equilibrado”. Uma razão mais residual diz respeito à vontade de promover determinada *dinâmica familiar ou parental* com essa descendência (4%), que reúne

ideias como o desejo de dedicação total a um filho apenas, a intenção de reproduzir o seu próprio modelo familiar, ou, bem pelo contrário, de ter uma família diferente da sua, quando era numerosa. Por fim, para 8% das inquiridas o filho único tratava-se de uma *preferência subjectiva*, sem outras considerações para além da de “gostar” dessa ideia.

Quadro 2.44 – «Razões» do ideal inicial de filho único (N e %)

«Razões»	Ideal inicial		
	De filho único		Todos os ideais
	N	%	%
Constrangimentos materiais	45	31,9	12,7
Constrangimentos com os filhos	36	25,5	8,2
Constrangimentos pessoais ou da relação	16	11,3	2,6
Equilíbrio numérico	20	14,2	22,5
Dinâmica familiar e parental	5	3,5	14,3
Preferência subjectiva	11	7,8	21,1
Outras, NS/NR	8	5,7	3,2
Recusa do filho único	-	-	7,6
Dinâmica fraternal	-	-	4,4
Vocação para a infância	-	-	3,5
Total	141	100	100

Ora, quando comparamos as razões dadas pelas inquiridas que queriam ter apenas um filho, com as razões de todas aquelas que tinham qualquer ideal inicial (57% da amostra), não podemos deixar de notar o peso flagrante dos constrangimentos na formulação do ideal de filho único. Praticamente 7 inquiridas em 10 apontaram uma razão dessa natureza. Equacionar este cenário é, sem dúvida, um exercício de contenção, um projecto parental mínimo, pois são outras as razões que sobressaem quando temos em conta todos os ideais iniciais, nomeadamente as preferências, o equilíbrio e as dinâmicas. Há ainda outras razões apresentadas pelas inquiridas que queriam ter dois ou mais filhos, que não são consideradas (ou das quais se abdica) quando se quer ter apenas um: a *recusa do filho único*, que traduz, em grande medida a ideia de que os filhos únicos têm características que são socialmente desvalorizadas (são “mimados”, “egoístas”, etc.), mas que também reflecte o medo da morte de um filho; a *dinâmica fraternal*, que se orienta para a promoção de laços entre irmãos, na medida em que se crê que é positivo as crianças crescerem e brincarem em fratria; e a *vocação para*

a infância, ou seja, uma afeição muito especial por bebês e crianças, que é materializada através do projecto maternal, mas que também poderia ser por outra via¹²⁰.

2.3. As «razões» da descendência de filho único (análise de uma pergunta aberta)

As razões que as mães de filho único apontam para, neste momento, não quererem ter mais filhos também espelham um conjunto de constrangimentos (quadro 2.45). Em primeira linha estão os *constrangimentos materiais* (27%), à semelhança do que vimos acima. Em seguida surgem vários constrangimentos pessoais que, pela sua preponderância, mantivemos desagregados. São eles: a *idade avançada* (17%), o que leva a equacionar se não será o adiamento da maternidade e a necessidade de espaçar os nascimentos (de modo a não acumular “custos” e a proporcionar boas condições para o seu acolhimento), que, a dado momento, obriga a desistir de um segundo filho por imposições do “relógio biológico”; a *falta de disponibilidade* (15%) que se prende concretamente à dificuldade em conciliar os universos familiar e profissional, à falta de tempo, ao cansaço e à falta de paciência, mas agora também à experiência negativa com uma gravidez, um parto ou um aborto; e os *problemas de saúde* que afectam as inquiridas (14%). Depois aparece a *satisfação com a descendência*, ou seja, 10% das mães de filho único estão contentes assim; os *problemas com o cônjuge ou com os filhos* (9%), desta feita, já não em termos hipotéticos mas concretos, como uma doença, uma deficiência, etc.; e, em último, surge a *impossibilidade de ter mais filhos* (4%), que se liga a alguns casos de infertilidade e à intervenção de algum tipo de contracepção definitiva. Ficamos sem saber, todavia, se houve intenção de encerrar a vida reprodutiva por essa via, ou se questões médicas a isso conduziram (as duas situações, provavelmente, coexistirão).

Ora, se os problemas materiais pesam muito na decisão de não arriscar a vinda de um segundo filho, quando olhamos de modo abrangente para os constrangimentos de natureza pessoal – idade avançada, problemas de saúde e falta de disponibilidade¹²¹ – ficamos com uma perspectiva diferente. Ao reunirem quase metade das justificações para não ter mais filhos, eles também marcam decisivamente o termo da carreira reprodutiva.

¹²⁰ Algumas inquiridas referem que gostariam de ter sido pediatras ou educadoras de infância, porque “gostam muito” de crianças. Para uma análise mais detalhada ver Cunha (2000).

Quadro 2.45 – «Razões» para não querer ter mais filhos (%)

«Razões»	Descendências		
	Filho único		Todas
	N	%	%
Constrangimentos materiais	83	27,3	23,8
Idade avançada	53	17,4	20,6
Falta de disponibilidade	47	15,5	7,6
Problemas de saúde	42	13,8	8,7
Satisfação com a descendência	31	10,2	27,8
Problemas com filhos/cônjuge	25	8,2	4,7
Impossibilidade de ter mais filhos	13	4,3	5,3
Outras, NS/NR	10	3,3	1,6
Total	304	100	100

Quando comparamos os resultados com os da amostra (as razões mencionadas para não ter mais filhos, independentemente da descendência actual), verificamos que a satisfação com o número de filhos é muito inferior no caso das descendências de filho único. De facto, esta passa a ser a principal razão para não querer ter mais filhos quando temos em conta todas as descendências (28%), passando para segundo plano os constrangimentos materiais (24%). Também pesam menos os problemas familiares e a e os constrangimentos pessoais, com excepção para a idade avançada, que pesa mais no conjunto da amostra.

E que relação existe entre o tipo de “construção” das descendências de filho único e os motivos das inquiridas para não terem mais filhos? Será que aquelas que queriam inicialmente ter apenas um dão «razões» diferentes das que queriam ter mais? De facto, assim é (quadro 2.46). A satisfação com a descendência, compreensivelmente, é mais referida nas situações de ausência de tensão e de tensão por excesso¹²², e bem menos nas de tensão por defeito. Aqui estão sobrerrepresentadas a idade avançada, a falta de saúde e a impossibilidade de ter mais. São, assim, estas as razões específicas do tipo de “construção” da descendência mais assente na contenção das aspirações, ou seja, que leva as inquiridas, que queriam ter mais filhos, a ficarem pelo filho único.

¹²¹ Não incluímos a *impossibilidade de ter mais filhos*, pois pode haver situações em que está relacionada com o cônjuge e não com a inquirida.

¹²² Como vimos, 9 das 10 inquiridas que não queriam ter filhos planearam este nascimento, o que indica que mudaram de opinião.

Quadro 2.46 – «Razões» para não querer ter mais filhos, segundo o tipo de “construção” das descendências de filho único (%)

Tipo de “construção”	«Razões» para não ter mais filhos								Total
	Constran. materiais	Idade avançada	Falta de dispon.	Falta de saúde	Satisfação	Filhos/ cônjuge	Impossibilidade	Outras, ns/nr	
Cenário indefinido	27,4	17,7	17,7	10,5	8,9	8,9	4,0	4,8	100
Tensão por defeito	26,7	20,0	16,2	18,1	3,8	5,7	7,6	1,9	100
Ausência de tensão	29,2	15,4	10,8	7,7	21,5	12,3	-	3,1	100
Tensão por excesso	22,2	-	11,1	44,4	22,2	-	-	-	100
Todas as famílias	27,3	17,4	15,5	13,8	10,2	8,2	4,3	3,3	100

CC=,337; Sig.=,011

2.4. O impacto do contexto social nas «razões»: a escolaridade, a classe social e a trajetória da condição perante o trabalho das inquiridas

Como temos vindo a constatar, os ideais e as descendências não andam necessariamente a par, pois a fecundidade das famílias constrói-se, na maioria das vezes, por sucessivos ajustamentos entre o que se idealiza em dado momento e o que se vai concretizando. No caso do filho único, o ideal inicial é mais difuso (embora menos frequente) do que a descendência, que está mais ancorada no espaço social. Associa-se a capitais escolares intermédios, à inserção continuada no mercado de trabalho e às classes sociais menos qualificadas ligadas aos serviços e à indústria. Mas será que estas mulheres têm motivações diferentes das restantes para não arriscarem um segundo filho? Olhemos, então, para as «razões» do ideal inicial e das descendências de filho único, em função do contexto social¹²³.

O cruzamento com as razões do ideal de filho único só tem algum significado estatístico com a classe social (quadro 2.47). Os constrangimentos materiais pesam mais nas decisões das camponesas e assalariadas agrícolas e das operárias, enquanto que estão pouco presentes nas considerações das inquiridas mais qualificadas. Aliás, para estas, é a antevisão dos constrangimentos relacionados com os filhos que marca a opção inicial pelo filho único. As razões que se prendem com as dinâmicas e as preferências, apenas são mais significativas para as empregadas não qualificadas e estão completamente ausentes das considerações das camponesas e assalariadas agrícolas. Por

outras palavras, para elas, mas também para as empregadas executantes e as operárias, o ideal de filho único não é, decididamente, uma preferência.

Quadro 2.47 – «Razões» do ideal inicial de filho único, segundo o contexto social (%)

Contexto Social	(N)	«Razões» do ideal inicial de filho único					Total
		Constrang. materiais	C. com filhos	C. pessoais ou relação	Equilíbrio numérico	Dinâmicas e preferências	
Escolaridade		CC=,221; Sig.=,556					
Sem esc./E. primário	(62)	35,6	25,4	11,9	15,3	11,9	100
Ensino preparat./básico	(51)	39,1	23,9	15,2	8,7	13,0	100
E. secundário/superior	(28)	21,4	35,7	7,1	25,0	10,7	100
Classe Social		CC=,440; Sig.=,052					
ED e PIC + PTEI	(14)	14,3	57,1	7,1	7,1	14,3	100
IPP	(14)	30,8	15,4	7,7	30,8	15,4	100
EE	(34)	34,4	15,6	21,9	18,8	9,4	100
ENQ	(29)	22,2	37,0	-	18,5	22,2	100
OI	(40)	43,2	24,3	16,2	8,1	8,1	100
C + AA	(7)	71,4	14,3	-	14,3	-	100
Trajectória		CC=,231; Sig.=,487					
Sempre com trabalho	(77)	32,0	21,3	13,3	18,7	14,7	100
Trabalho em 1/2 mom.	(51)	38,3	31,9	8,5	10,6	10,6	100
Sempre sem trabalho	(13)	27,3	45,5	18,2	9,1	-	100
Todas as famílias	(141)	33,8	27,1	12,0	15,0	12,0	100

Quanto à escolaridade e à trajectória, não podemos deixar de notar que os constrangimentos materiais pesavam menos nas decisões das inquiridas com o ensino secundário e superior e daquelas que nunca trabalharam. Por outro lado, estas últimas também não colocavam o cenário do filho único com base numa preferência subjectiva.

Já o cruzamento com as razões actuais para ficar pelo filho único (quadro 2.48) tem resultados com significado estatístico com a escolaridade e a trajectória, mas não com a classe social.

¹²³ Não é possível analisar o impacto do tempo por constrangimentos da amostra, pois, para as inquiridas serem mães de filhos únicos, tiveram que entrar na maternidade a partir de 1983.

Quadro 2.48 – «Razões» para não querer ter mais filhos (nas descendências de filho único), segundo o contexto social (%)

Contexto Social	(N)	«Razões» para não ter mais filhos								Total
		Constran. materiais	Idade avançada	Falta de dispon.	Falta de saúde	Satisfação	Filhos/ cônjuge	Impossibilidade	Outras, ns/nr	
Escolaridade		CC=,279; Sig=,028								
Sem esc./E. primário	(94)	28,7	22,3	12,8	12,8	8,5	8,5	3,2	3,2	100
Ensino preparat./básico	(131)	36,6	13,0	11,5	14,5	9,2	6,9	4,6	3,8	100
E. secundário/superior	(79)	10,0	18,8	25,0	13,8	13,8	11,3	5,0	2,5	100
Classe Social		CC=,364; Sig=,108								
ED e PIC + PTEI	(43)	2,3	7,0	30,2	11,6	23,3	18,6	4,7	2,3	100
IPP	(36)	32,1	9,0	20,5	11,5	15,4	5,1	5,1	1,3	100
EE	(77)	22,2	11,1	13,9	8,3	19,4	16,7	5,6	2,8	100
ENQ	(46)	32,6	10,9	8,7	8,7	15,2	10,9	6,5	6,5	100
OI	(81)	34,6	8,6	16,0	18,5	9,9	6,2	2,5	3,7	100
C + AA	(14)	35,7	-	-	21,4	21,4	14,3	-	7,1	100
Trajectória		CC=,284; Sig=.022								
Sempre com trabalho	(183)	26,6	18,5	17,4	10,9	10,9	7,6	6,0	2,2	100
Trabalho em 1/2 mom.	(90)	31,1	13,3	15,6	13,3	6,7	11,1	2,2	6,7	100
Sempre sem trabalho	(30)	20,0	20,0	3,3	33,3	16,7	6,7	-	-	100
Todas as famílias	(304)	27,3	17,4	15,5	13,8	10,2	8,2	4,3	3,3	100

Para as inquiridas que trabalharam sempre ou em algum momento, as razões para ficarem pelo filho único seguem a tendência geral: os problemas materiais aparecem em primeiro lugar; e a idade avançada e a falta de disponibilidade surgem em segundo e em terceiro lugar com valores muito próximos. Não obstante, a questão material pesa mais para as mulheres que passaram em um ou dois momentos pelo mercado de trabalho (31%) – o que poderá ser um sinal da precariedade associada a este tipo de trajectória (desemprego, insegurança laboral) – do que para as que sempre trabalharam (27%), enquanto que com as outras razões sucede o oposto. A distribuição altera-se expressivamente no caso das mulheres que nunca trabalharam, na medida em que o motivo principal para ficarem apenas com um filho passa a estar ligado a problemas de saúde (33%) e são também elas que estão mais vezes satisfeitas com essa descendência (17%). Por outro lado, as dificuldades materiais determinam menos esta decisão (20%) e a falta de disponibilidade é de todos os motivos o menos relevante (3%). Com efeito, estas mulheres não se confrontam com dois problemas quotidianos sentidos pelas mulheres activas: as dificuldades inerentes ao desempenho de uma

actividade profissional, como a gestão do tempo laboral-familiar e a falta de disponibilidade; e a delegação da guarda das crianças, que passa, não raras vezes, por soluções pagas¹²⁴.

Em relação à escolaridade sobressai, claramente, o perfil das inquiridas com o ensino secundário/superior: a falta de disponibilidade passa a ser, de forma destacada, a razão mais citada para não ter outro filho (um quarto das mulheres responde neste sentido); a satisfação com a descendência e as dificuldades de relacionamento com o filho ou o cônjuge são também mais relevantes do que para as outras; e os problemas materiais contribuem pouco para a decisão, passando para sexta posição (10%). Já em relação às inquiridas com o preparatório/básico, são precisamente as dificuldades materiais que mais influem nas descendências contidas (37%), enquanto que os problemas pessoais, no seu conjunto, são menos expressivos do que para as restantes. Por fim, as razões das inquiridas menos escolarizadas são as mais próximas do perfil-padrão. Há, no entanto, que sublinhar duas ideias. Por um lado, se o peso da idade avançada é aqui mais elevado (22%), não se deve ao facto de elas serem realmente mais velhas, mas, provavelmente, a uma representação diferente da idade adequada para ter filhos: efectivamente, a média etária das mulheres que, tendo apenas um filho, não querem ter mais é de 42,8 anos para as sem escolaridade/ensino primário, 41,2 para as que têm o preparatório/básico e 43,1 para as que têm o secundário/superior. Por outro lado, se os constrangimentos materiais ditam um pouco menos do que para as inquiridas com o preparatório/básico, é porque há aqui uma “colagem” entre a baixa escolaridade e a trajectória sempre sem trabalho, situação onde os constrangimentos materiais, como observámos, pesam menos no leque das razões. De facto, se tivermos em conta as razões das inquiridas pouco ou nada escolarizadas mas que sempre trabalharam, os constrangimentos materiais já sobem para 33%.

Finalmente, apesar do cruzamento com a classe social não ser estatisticamente significativo, não podemos deixar de reparar no perfil das inquiridas mais qualificadas e técnicas, que acentua as «razões» mencionadas pelas inquiridas com o ensino secundário e superior: a falta de disponibilidade, a satisfação com a descendência e os

¹²⁴ De facto, 36% das inquiridas que sempre trabalharam e 20% das que o fizeram em um ou dois momentos recorreram a soluções de guarda formais ou informais pagas (creche, ama ou empregada doméstica) quando o primeiro filho tinha 1-2 anos. No caso das inquiridas que nunca trabalharam, apenas 4% recorreu a essa solução, pois na maioria dos casos a criança ficou com a mãe. Sobre o assunto ver Wall (2005c).

problemas com o cônjuge ou com o filho. É aqui que os constrangimentos materiais – «razão» mais relevante em todas as outras classes – têm um peso mais diminuto (2%).

2.5. Síntese conclusiva

O presente capítulo tem a sua génese num resultado marcante desta pesquisa: a dissonância entre um universo de representações e aspirações procriativas, ancoradas na “norma dos dois filhos”, e a realidade expressiva das descendências de filho único. A partir desta constatação, procurámos compreender como se “constrói” este tipo de descendência, tendo em conta os projectos e os ideais iniciais das inquiridas, mas também o planeamento destes nascimentos. Por outro lado, a partir de um trabalho mais qualitativo de análise de duas questões abertas, procurámos conhecer as motivações que sustentam a decisão de ter apenas um filho em dois momentos distintos: num momento inicial, antes da abertura da carreira reprodutiva; e no momento actual, quando já não pretendem ter mais filhos.

Observámos, então, a existência de vários modos de “construir” a descendência de filho único. No predominante, o filho único resulta de um **cenário indefinido** – as inquiridas não sabiam quantos filhos queriam ter ou, mais raramente, se queriam tê-los. Mas trata-se de um tipo que não distingue estas descendências das restantes, pois é o mais comum na amostra. No segundo tipo, que reúne mais de um terço das inquiridas, o filho único resulta de uma **tensão por defeito**, pois havia um projecto inicial que contemplava pelo menos dois filhos. Este tipo de “construção” é bem mais comum nestas descendências do que nas restantes (mais do dobro em relação à amostra). Um terceiro tipo, o mais residual de todos, é o da **tensão por excesso**. Refere-se às situações em que as inquiridas projectavam uma vida sem filhos. Trata-se de um tipo muito interessante, pois quando confrontado com o planeamento dos nascimentos permite fazer uma primeira aproximação à maior ou menor consistência das decisões no campo da fecundidade. Afinal, 9 das 10 inquiridas que não queriam ter filhos planearam aquele nascimento. Finalmente, o último tipo consubstancia-se na **ausência de tensão**, i.e., as inquiridas têm a descendência que idealizaram. Apenas 17% dos casos se enquadram neste tipo, quase metade em comparação com a amostra. Estes resultados permitem confirmar que a descendência de filho único configura, em primeira linha, um quadro de fecundidade “contida”, na medida em que se destaca o esforço de restrição – a tensão por defeito – entre o que se aspira e o que se concretiza.

Com a auscultação das «razões» com que as inquiridas justificam os projectos iniciais e actuais de filho único, quisemos perceber se as motivações subjacentes apenas apontam para os “custos” e os “obstáculos” que inviabilizam um cenário diferente, ou se também há espaço para um projecto de filho único enquanto preferência genuína.

O facto é que para 8% das inquiridas, a decisão inicial se baseou apenas numa **preferência subjectiva** (“gostavam” da ideia) e outras 5 inquiridas referiram o desejo de promover determinada **dinâmica** familiar ou parental com essa descendência (criar um laço afectivo privilegiado). Das que têm apenas um filho ou uma filha e que não querem ter mais, 10% dizem que a razão para tal é estarem **satisfeitas**. Ora, estes dados revelam que a descendência de filho único pode ser desejada genuinamente e valorizada em si mesma. No entanto, não há dúvida que se trata de uma realidade que fica bastante aquém de outra, que é a da matemática dos constrangimentos que condiciona as opções no domínio da fecundidade e que redundam, por vezes, num projecto parental “mínimo”.

Efectivamente, quando conhecemos as «razões» do ideal inicial de filho único, constatamos que praticamente 7 inquiridas em 10 referem que na base dessa decisão esteve algum tipo de **constrangimento**. Antes de mais, os de ordem **material**, como as dificuldades económicas; depois os que se antecipam nos próprios **filhos**, como as preocupações em torno da sua educação, saúde ou promoção social; e por fim, os **personais ou da relação**, como a falta de tempo ou o mau relacionamento conjugal. É ainda referida a questão do **equilíbrio** numérico, um balanço de “custos e benefícios” associados a determinada descendência¹²⁵. Neste caso específico, parece que os “custos” pesam mais no prato da balança, já que as inquiridas pensam que o equilíbrio da vida familiar só é possível através do filho único.

Já no que respeita às intenções actuais, se os constrangimentos materiais também pesam muito na decisão de não aumentar a descendência, quando olhamos de modo global para os constrangimentos de natureza pessoal – **idade avançada, problemas de saúde, falta de disponibilidade** – ficamos com outra perspectiva. Ao reunirem quase metade das justificações para não arriscar a vinda de outro filho, eles também marcam decisivamente o termo da carreira reprodutiva. Afinal, são razões que tiram o fôlego para “começar tudo de novo”, como referiram algumas inquiridas. A estas somam-se ainda os constrangimentos com o **cônjuge** e com os **filhos**, sendo que agora se prendem

¹²⁵ A questão do “equilíbrio” está muito ligada às descendências de dois filhos e é a tradução do ditado, várias vezes repetido pelas inquiridas, “um filho é pouco e três são demais”. Sobre as «razões» associadas às outras descendências ver Cunha (2000).

com problemas concretos, como por exemplo uma doença; e, finalmente, a **impossibilidade de ter mais**, seja por infertilidade, seja por esterilização.

Concluimos no “retrato da fecundidade” que, se os ideais e as descendências de filho único atravessam toda a paisagem social, eles marcam mais uns meios do que outros. Também as razões que estão a montante destas decisões, não são exactamente as mesmas quando temos em conta os diferentes **contextos sociais**. Quanto ao ideal inicial, apenas tem impacto da **classe social**: os constrangimentos materiais pesam muito nas considerações das camponesas/assalariadas agrícolas e estão pouco presentes nas razões das inquiridas mais qualificadas; o inverso ocorre com os constrangimentos com os filhos; já os pessoais ou da relação são mais referidos pelas empregadas executantes; o equilíbrio associa-se às independentes e pequenas patroas; e, por fim, as dinâmicas e as **preferências** marcam presença nas razões das empregadas não qualificadas.

Quanto à decisão de não ter mais filhos, varia, já não com a classe social, mas com a **escolaridade** e a **trajectória**: os constrangimentos materiais são determinantes para as inquiridas que têm o ensino preparatório/básico e para as que entram e saem do mercado de trabalho; a falta de disponibilidade pesa mais para as inquiridas muito escolarizadas e sempre inseridas no mercado de trabalho; a falta de saúde e a idade avançada marcam as razões das mulheres pouco escolarizadas e/ou que estão ausentes do mercado de trabalho. Por fim, a **satisfação** com a descendência é ligeiramente mais referida pelas inquiridas que nunca trabalharam e pelas mais escolarizadas.

Em suma, a auscultação das «razões» que explicam a fecundidade contida, como é a descendência de filho único, aponta para a diversidade de condições que é preciso garantir para enquadrar a vinda de uma criança, que já não deve ocorrer ao acaso. Antes de mais, a estabilidade económica, mas também a disponibilidade pessoal, o equilíbrio afectivo, o bem-estar físico e psicológico, a possibilidade de promover socialmente os filhos. Assim, o filho único é, frequentemente, um projecto parental “mínimo”, o único que, na perspectiva dos pais, garante a satisfação daquelas condições. Mas também pode ser uma preferência genuína, realidade que, embora minoritária, não pode ser afastada.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para as inquiridas que, tendo apenas um filho ou uma filha, planeiam ter pelo menos mais um (23%). São precisamente as que tinham ideais iniciais de dois ou mais filhos que manifestam mais vezes essa vontade (3 em 10). Trata-se, portanto, de um projecto procriativo consistente, que nos leva a pensar que, se esta mesma população voltasse a ser inquirida, a descendência de filho único diminuiria ligeiramente. Mas as restantes inquiridas, que tinham aqueles

ideais, já reformularam as suas intenções iniciais, pensando actualmente ficar pelo filho único. Se ouvirmos as «razões» destas inquiridas, que justificam a “contenção” de um projecto que era mais amplo, constatamos que pesam, sobretudo, os constrangimentos pessoais, em particular a idade e a falta de saúde, mas também a impossibilidade de ter mais. O que estes resultados parecem indicar, é que o adiamento da vinda do segundo filho, provavelmente de forma a reunir as condições necessárias para o seu acolhimento, pode redundar na inviabilidade desse projecto, por imposição do “relógio biológico” ou por motivos de doença.